

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Ipatinga**

Data: **24/11/2009**

Horário: **10 horas**

Folhas: **83**

Duração: **3h15min**

Presidentes: **Dep. João Leite**
Dep. Maria Tereza Lara

Deputados: **Dep. Rômulo Veneroso**
Dep. Cecília Ferramenta
Dep. Rosângela Reis

Participantes: **Cel. Geraldo Henrique Guimarães da Silva**
Delegado Lourival Silva Pereira
Sr. Fernando César Ribeiro Cabral
Promotor Walter Freitas de Moraes Júnior
Defensor Público Rafael Von Held Boechat
Sr. Luiz Fernando
Sra. Juliana Resende Campolina de Sá
Secretário Municipal Anderson Franco
Prefeito Weber Americano
Sr. José Geraldo Rosa de Sousa
Sr. Ruy Barbosa
Vereador César Custódio
Sr. Flávio Ferrer
Sr. Wagner Bretas
Sr. Fernando Januário
Sr. Eustáquio Oliveira
Vereador Nilton Manoel

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Há número regimental. Declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura. Solicito aos Deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

O Deputado Rômulo Veneroso - Solicito dispensa da leitura.

O Sr. Presidente - Não havendo quem se oponha ao requerimento do Deputado Rômulo Veneroso ou quem sobre a ata queira manifestar-se, dispenso a sua leitura, dou-a por aprovada e solicito aos Deputados que a subscrevam.

Esta Presidência registra o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia, em que encaminha cópia da Denúncia nº 22.705, para conhecimento e adoção de medidas legais, em que são narrados fatos com possíveis responsabilidades do Grupo de Resposta Especial; do Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público, em que agradece o envio do relatório final da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado e encaminha material relativo ao trabalho da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal; do Dr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil, em que presta informações relativas aos Requerimentos nºs 4.685/2009, da Comissão Especial da Execução da Penas no Estado, e 4.707 e 4.711/2009, da Comissão de Segurança Pública; do Sr. Genílson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional, Código do documento: 776732

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
28ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da
16ª Legislatura
24/11/2009 - 10 horas **Pág.: 3**

em que presta informações relativas ao Requerimento nº 4.870/2009, desta Comissão; do Sr. José Maria Marques, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado, em que solicita providências para a criação de comissão que apure supostas irregularidades ocorridas durante a greve da unidade prisional Antônio Dutra Ladeira.

Informamos aos membros da Comissão e à Deputada Maria Tereza Lara, que também participou de uma reunião com o sindicato dos Agentes Penitenciários e a associação dos Agentes Penitenciários, juntamente a outros membros da Bancada do PT, que houve entendimento final quanto aos Agentes demitidos e à volta dos que participaram do movimento. Ficaram fora apenas os que se envolveram em fatos graves. Gostaria de fazer este esclarecimento à Comissão.

Esta reunião tem a finalidade de discutir questões relativas à segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública - Risp - com sede em Ipatinga, além de discutir e votar proposições da Comissão.

A Presidência registra e agradece a presença dos Vereadores, convidando-os a tomar assento em seus lugares. Agradece especialmente ao Presidente Nilton Manoel, pois, assim que liguei para ele, imediatamente colocou a Câmara Municipal à disposição da Assembleia Legislativa. Registramos a presença dos Vereadores Nardyello Rocha de Oliveira, 1º-Secretário da Câmara; César Custódio da Silva; Nilson Lucas Gonçalves, Nilsinho; Roberto Carlos; e Sebastião Guedes. Registramos, com muito prazer, a presença do Dr.

Weber Americano, Prefeito Municipal de Dionísio, a quem convidamos para sentar-se aqui na frente; da Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão; do Deputado Rômulo Veneroso e da Deputada Cecília Ferramenta, membro da Comissão de Segurança Pública, que, com muito interesse, acompanha os trabalhos.

Convido a tomar assento à Mesa o Cel. Geraldo Henrique Guimarães da Silva, Comandante da 12ª Região da Polícia Militar de Ipatinga; Lourival Silva Pereira, Delegado Adjunto do 12º Departamento de Polícia Civil de Ipatinga; Promotor Wálter Freitas de Moraes Júnior, da Comarca de Ipatinga, representando Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Rafael Von Held Boechat, Defensor Público do Estado, representando Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado; Fernando César Ribeiro Cabral, Inspetor Chefe da 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, representando o Superintendente Waltair Vasconcelos Sobrinho; Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Sedese, representando o Secretário Agostinho Patrus Filho; Anchieta Poggialli, Diretor da Diretoria Regional de Saúde.

Como os Vereadores não tomaram assento em seus lugares, convidamos os Delegados da Polícia Civil Ricardo Augusto Faria Cassiano, de Ipatinga; Rafael Sporck da Costa, de Caratinga; Eric Flávio Brandão de Freitas, de Itabira; Isaiás Rosa, de Ponte Nova; Eustáquio Leite, de Manhuaçu; e Dra. Joyce Carlos da Motta Figueira, de João Monlevade.

Inicialmente, passo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga, Vereador Nilton Manoel, que dará as boas-vindas a todos.

O Vereador Nilton Manoel - Bom-dia a todos. Senhoras e senhores, nunca deixaremos de cumprir o nosso papel como representante desta Casa. No nosso sexto mandato, sempre trabalhamos para que a Câmara seja a caixa de ressonância do nosso Município. Agradeço a V. Exa., Deputado Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades, os meus colegas Vereadores que estão nos prestigiando: Delcy Fernandes, Nilsinho, Nardyello Rocha, Sebastião Guedes, César, Carlos Alberto. Agradeço ao Sr. Agnaldo Rocha, que não está aqui neste momento, mas descera daqui a pouco, ao Secretário Municipal Anderson, representante do Prefeito Municipal, e às demais pessoas que estão visitando a nossa cidade. Tenham uma boa estada. Estamos aqui para acolhê-los. Daremos nossa contribuição para que a cidade seja mais lúcida, mais condescendente com a situação que trouxe esta Comissão aqui. Devolvo a palavra ao Presidente da Comissão.

O Sr. Presidente - O Secretário Anderson Franco está representando o Prefeito? Então, convido-o a sentar-se conosco. Muito obrigado pela presença.

Passamos a palavra ao Cel. Henrique e posteriormente ao Dr. Lourival, que representam o Comando da Risp.

O Cel. Geraldo Henrique Guimarães da Silva - Inicialmente, gostaria de justificar a ausência do Cel. Renato, Comandante-Geral da
Código do documento: 776732

Polícia Militar, que está participando do seminário internacional de segurança pública em Belo Horizonte. Solicitou, pois, que eu o representasse.

Na pessoa do Deputado João Leite, Presidente desta Comissão, cumprimento todos integrantes da Mesa, senhoras e senhores, Delegados, Oficiais da Polícia Militar, praças e Vereadores.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar a importância da audiência pública no Vale do Aço, na Risp, certamente porque a segurança está alçada ao topo das preocupações da sociedade. Aliás, esse assunto interessa aos governos, a todas as pessoas, aos órgãos, principalmente para termos oportunidade de registrar aqui os avanços que temos percebido no que diz respeito à segurança em Minas Gerais. Inicialmente, é preciso realçar que segurança hoje é um dos problemas mais graves de países como França, Espanha e Itália. Por exemplo, os Estados Unidos, por terem a maior taxa de encarceramento do mundo, têm um problema grave a ser resolvido. Ressalto que a questão de segurança realmente avançou todas as fronteiras por ser um programa comum mundialmente, afinal todos a discutem e procuram compartilhar soluções, questões que buscam minimizar... (- Falha na gravação.) Atos da criminalidade no dia a dia do cidadão. Portanto, não é por acaso que Belo Horizonte sedia hoje um seminário internacional para tratar do tema.

Não só na região, mas especificamente no Vale do Aço, visivelmente temos a profissionalização das ações das polícias,
Código do documento: 776732

principalmente a partir desse projeto de governo de integração das polícias. No início, vivíamos um ambiente de desconfiança mútua, com ilhas de bons relacionamentos muito mais ligados às pessoas do que propriamente à questão institucional. Isso acontecia para que, um pouco adiante, avançássemos para um bom relacionamento mais massificado entre as instituições. Agora estamos caminhando para um relacionamento de resultados, que, na verdade, é o grande objetivo. Não basta o Delegado ser amigo do Comandante do batalhão, como também não basta apenas o agente de polícia tratar bem o Soldado e vice-versa. O que a sociedade mineira e brasileira exige é uma polícia mais eficiente, seja qual for. Se é a Polícia Civil ou a Polícia Militar que está dando resultados, o que interessa à comunidade é a resolução de problemas diariamente através de audiências públicas desta natureza ou das várias reuniões feitas com a comunidade.

O importante é que temos demonstrado que o problema é complexo e que exige não só a ação da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário, mas também da Prefeitura, do Estado e de toda a sociedade organizada. Essa percepção, essa tentativa de trazer os atores do processo para a solução dos problemas é um grande avanço no trato de questão tão complexa como a segurança.

Do ponto de vista de infraestrutura, saímos de um ambiente muito ruim. Não se apagaram em minha memória os tempos em que o policial tinha de empurrar a viatura para poder trabalhar, trabalhava à pé, sem armamento e sem condições mínimas de trabalho.

Diria até que esses policiais trabalhavam sem dignidade e reconhecimento para poderem executar sua tarefa. Isso tudo refletindo na motivação dos policiais e na prostração em determinados casos, diante da enorme demanda de problemas.

Agora, é evidente que ainda não alcançamos um estágio plenamente satisfatório, mas temos avanços muito consideráveis. Nos últimos anos recebemos aporte de R\$104.000.000,00 de investimentos na área de segurança na região. Isso é muito significativo. Somente este ano e incluindo a Polícia Militar, recebemos mais de 70 viaturas e estamos acompanhando a migração gradativa da assunção das cadeias pela Suape, algo que é de extrema relevância. Se for por meio da Polícia Civil, ela terá oportunidade de cuidar de sua atividade principal. Segundo relato dos companheiros da Polícia Civil, esse desvio de função da Polícia Civil só mal trouxe a ela. Já a Polícia Militar, esta também está sendo liberada para poder fazer a prevenção do crime. Afinal, a razão da existência da Polícia Militar é prevenir o crime e evitar que ele aconteça. Isso é bastante significativo.

Outros avanços podem ser apontados, como, nos últimos anos, o recrutamento que tivemos de cerca de 14 mil policiais militares. É bem verdade que temos uma evasão natural de policiais que se aposentam, mas isso é extremamente insignificativo, sobretudo na renovação dos nossos quadros. A maioria, ou, pelo menos, uma parcela significativa dos policiais que ingressam hoje na Polícia Militar já tem curso superior. Isso é um dado muito importante, pois são pessoas

novas e pujantes, que fazem com que a sociedade brasileira sinta a melhora na parte de educação.

Focando mais na questão da integração, mantemos reuniões mensais e internas, dentro de um princípio que norteia nossas ações: o que a Polícia Militar pode fazer para facilitar o dia a dia, a vida, a produtividade da Polícia Civil, e o que a Polícia Civil pode fazer para facilitar a vida da Polícia Militar. Conceitos como o de responsabilização e atuação dentro de um mesmo espaço territorial entre as Polícias Civil e Militar já estão muito bem equacionadas. Recentemente, tivemos demonstração disso por parte da Polícia Civil, na medida em que foi colocado um Delegado exclusivo para cuidar da área integrada de segurança pública. Com isso, já tivemos reflexos da grande valia dessa medida. Um Delegado que está buscando conhecer o espaço territorial onde atua, senta-se com o Capitão de sua companhia, discute e procura mapear os marginais contumazes. Hoje o nosso índice de reincidência - na verdade, sempre foi assim - é elevadíssimo. Temos casos de policiais que prendem o mesmo indivíduo 20, 30 vezes ao ano.

Isso dá para estender a outras discussões em relação a nossa legislação e às dificuldades que temos. O certo é fazermos um mapeamento de marginais contumazes, bem como realizar reuniões de Consep para ouvir a comunidade e captar dela qual o seu sentimento, a sua necessidade, que às vezes nem é exatamente o combate ao crime violento.

Temos uma situação preocupante e que incomoda a população de Ipatinga no que diz respeito à perturbação do sossego e do trabalho. Então, a partir da capacitação desse anseio e dessa vontade da comunidade de se ver livre disso, foi montada uma força-tarefa com o Delegado e o Capitão para cuidar desse assunto. Foram também à emissora de rádio para sugerir medidas de autoproteção e para minimizar esse problema. Lembramos que aqui é uma cidade metalúrgica, por essa razão a perturbação do sossego é algo que impacta muito o humor das pessoas, por isso tem um significado muito especial.

O tráfico de drogas é outra questão extremamente preocupante. É claro que a repressão a esse tipo de crime exige, sobretudo, sigilo. No entanto, nos bastidores, sabemos de avanços muito importantes. Muitos traficantes foram colocados atrás das grades nos últimos tempos, além de muita droga ter sido apreendida. A Polícia Militar não trabalha apenas nessa vertente de repressão qualificada, mas, principalmente, em busca do crescimento do Proerd, que é um programa reconhecido internacionalmente por sua eficácia. Hoje já atingimos cerca de 70% das escolas de Ipatinga, do Vale do Aço, e a nossa meta é chegar a 100% no próximo ano. Além disso, temos o apoio também dessas entidades que buscam retirar o indivíduo do vício de drogas. Enfim, agimos sempre nessas três vertentes: a educação, a prevenção e preparo das nossas crianças para poderem dizer não às drogas e à violência; a repressão qualificada e impactante junto ao traficante; e o apoio àquelas entidades que

procuram tirar do ambiente das drogas esses infelizes vitimados por essa doença crônica, que é o vício das drogas.

Destacaria ainda como desafios, vontades e necessidades que temos pela frente a criação de um centro integrado de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Diria que hoje esse seria o principal problema do Vale do Aço. Tivemos questões burocráticas ligadas a escolha do terreno. Em um primeiro momento, diante dessa dificuldade da percepção do governo de que precisava haver uma solução imediata para a questão, tivemos de buscar outro Município para resolver isso. Depois, parece-me que voltou a decisão de governo de que realmente seja feito em Ipatinga.

Porém, precisamos e pedimos apoio da Comissão no que se refere à agilização do processo da criação do centro. Isso é essencial. Quando nos debruçamos sobre os dados de crimes da região, infelizmente sempre nos deparamos com adolescentes envolvidos, direta ou indiretamente, no problema. Por isso, contamos com o apoio da Comissão para nos sentarmos com a Prefeitura, com a Câmara ou com o próprio governo do Estado, para fazermos desses anseios e dessa necessidade premente uma realidade no Vale do Aço.

A Polícia Militar tem tido um apoio muito grande da Prefeitura Municipal, não só neste governo, mas também em governos anteriores, por meio de assinaturas de convênios e de ressonâncias das nossas necessidades e demandas. Muito em breve teremos a implantação do Olho Vivo em Ipatinga, uma ação que envolveu a Câmara Municipal e a Prefeitura. Recentemente, tivemos a doação do terreno

da Risp, com a participação muito significativa dos Vereadores e da Prefeitura. Também em Timóteo, a Suape assumiu a cadeia de lá, o que nos permitiu colocar mais 10 policiais atuando na prevenção do crime. No dia 27 instalaremos um policiamento na comunidade de Cachoeira do Vale. Trata-se de uma demanda antiga dessa comunidade. Estamos em entendimento com a Câmara Municipal e com a Prefeitura para o lançamento da patrulha rural, melhor dizendo, da patrulha escolar, pois a patrulha rural já foi lançada recentemente. É claro que sonhamos imaginar que nenhuma escola precise ter a presença de policiais para seu perfeito funcionamento, mas, infelizmente, as coisas não são exatamente como gostaríamos. O fato é que há um problema, principalmente no entorno das escolas, de assédio de traficantes. Já detectamos isso. O Ten. Cel. Ramalho - que também justifica sua ausência por estar participando do seminário Internacional -, levou a proposta para a Prefeitura e para a Câmara, e já está sendo entabulada uma solução para que tenhamos, muito em breve, o lançamento da patrulha escolar, que visará à proteção das pessoas que buscam o caminho certo da educação e do crescimento pessoal.

Estamos assistindo à redução dos índices criminais, aliás temos problemas pontuais na questão de furto às residências em Ipatinga. Por isso, o Ten. Cel. Ramalho está implantando a Rede de Vizinhos Protegidos, experiência inglesa e americana que foi replicada em todo o mundo. Trata-se de uma experiência de sucesso. Cerca de uns seis bairros já iniciaram os procedimentos, e em Coronel

Fabriciano também já foi implantado. Essa ação não visa tão somente buscar a redução dos furtos, mas, sobretudo, criar um ambiente de solidariedade entre as pessoas. Afinal, à medida que a cidade cresce, isso é perdido. Ipatinga tem hoje 240 mil habitantes, e, não raro, percebemos que as pessoas sequer sabem o nome do seu vizinho. E nós, da Polícia Militar - diria também da Polícia Civil -, sabemos o quanto é importante esse relacionamento, essa Rede, esse ambiente de solidariedade e de ajuda mútua na solução das questões da criminalidade.

Até teria mais algumas questões a serem colocadas aqui, no entanto apenas friso que os índices estão-se reduzindo gradativamente, apesar de ainda não ser tão perceptível para a comunidade, pois há uma distância entre a redução de crimes e a sensação de segurança. Na verdade, ainda temos reflexo do medo, principalmente porque somos surpreendidos diariamente com notícias de violência em níveis estarrecedores, seja pela televisão, seja por outros canais de comunicação, como, por exemplo, a internet. E isso acaba impactando um pouco na questão da sensação do medo e da insegurança.

Portanto, o caminho a ser percorrido em busca de soluções é longo. O nosso desafio é transmitir às pessoas esse novo ambiente, e temos várias ações nesse sentido.

Temos uma Sprinter, que os policiais usam para ir aos pontos de maior impacto de criminalidade a fim de atuar

especificamente naquele ambiente; implantamos um grupo de repressão qualificada de motocicleta, enfim, adotamos uma série de medidas.

Gostaria de pedir, mais uma vez, apoio na questão do CIA. Após a manifestação da comunidade, evidentemente, se surgir alguma outra questão, estaremos abertos para debater. Agradeço aos Srs. Deputados a oportunidade de, em breves palavras, mostrar o cenário da participação da Polícia Militar para fazer do Vale do Aço um ambiente melhor para se viver. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Coronel. Está conosco o Dr. Valman. Seus colegas estão assentados aqui, comandados pelo Dr. Weber Americano, mais jovem, o qual também convido para estar à frente. Com a palavra, o Dr. Lourival Silva Pereira, que falará em nome da Polícia Civil, nessa Risp.

O Delegado Lourival Silva Pereira - Cumprimento, na pessoa do Deputado João Leite, toda a Mesa; e, na pessoa do Dr. Weber Americano, meus colegas Delegados aqui presentes. É um prazer revê-lo, doutor. Cumprimento também os policiais militares e os Oficiais presentes na pessoa do Cel. Geraldo Henrique. Senhoras e senhores, a integração na 12ª Região é tão perfeita que a fala do Comandante Geraldo Henrique fez com que eu diminuísse minha exposição, porque ele fez um relatório total no que diz respeito à segurança pública no Vale do Aço, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil. Mesmo assim, fiz algumas anotações que gostaria de listar para mostrar o que a Polícia Civil vem fazendo em relação à integração das polícias.

Primeiramente, parablenizo-os por esta audiência pública, que vejo como muito importante. Esta é uma oportunidade de a comunidade estar presente para conhecer nossas atividades, nosso trabalho, para saber o que estamos fazendo, o que há por fazer, o que pensamos em fazer e saber também das nossas carências, da nossa luta no dia a dia.

O Dr. Walter Felisberto não se encontra presente porque está em uma reunião de trabalho em Guaraciaba, juntamente com os Delegados regionais que não estão aqui hoje, mas que estão sendo representados pelos Delegados adjuntos e pelos novos Delegados que chegaram recentemente à região. A primeira preocupação do Dr. Walter, assim que assumiu o 12º Departamento, buscando esse espírito de integração, que é meta do governo atual, foi iniciar uma reunião mensal com a presença dos Delegados regionais. Ele sempre buscou, nessa reunião, tratar dos assuntos relacionados à área de cada um, das suas dificuldades, carências, propostas, para, a partir disso, iniciar um planejamento a fim de atuar em toda a região do 12º Departamento. A partir daí, buscou-se também integrar essa reunião dos Delegados regionais com os Comandantes das frações militares, com os Oficiais militares, com o Comandante da 12ª Região, a fim de discutir todos os problemas tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil. Isso, a meu ver, vem surtindo um efeito extremamente positivo porque, nessas reuniões, colocamos na mesa para discussão as nossas dificuldades, os problemas que têm surgido, as reclamações da sociedade. A partir daí, estabelecemos planejamentos para atuação.

Hoje, nas seis regionais, a Polícia Civil está desvinculada de todo o trabalho carcerário, já que a Sedese assumiu todas as cadeias públicas das sedes das regionais. Essa assunção das cadeias públicas, principalmente nas sedes das regionais, proporcionou uma atividade mais objetiva da polícia, liberando muitos policiais que ficavam vinculados à cadeia pública para a sua atividade-fim, que é desenvolver realmente a investigação e levar à Justiça os procedimentos necessários para responsabilização das pessoas envolvidas em crimes.

A logística, que era um dos problemas, hoje caminha bem. O governo tem proporcionado à Polícia Civil os recursos e equipamentos - viaturas novas, equipamentos de informática - necessários à nossa atividade-fim. Estou há 30 anos na polícia e nunca vi tantos avanços em termos de logística como os ocorridos no governo atual. Hoje a maior carência da Polícia Civil refere-se a recurso humano. É um problema que se deve à falta de concurso público, o que está sendo reparado aos poucos. Temos uma expectativa extremamente positiva com os concursos que vêm sendo realizados. A nossa região do Vale do Aço recebeu recentemente em torno de 27 ou 28 Delegados e também alguns Escrivães, o que deu alento às unidades carentes de autoridades policiais. O quadro de Peritos está bem satisfatório, mas ainda há carência em relação aos agentes de polícia. Essa realmente é uma peça fundamental, mas esperamos receber, até o início do ano que vem, com esse concurso que está em andamento na academia, um número suficiente

ou quase suficiente para atender à demanda de pessoal na região do Vale do Aço.

A polícia tem buscado um planejamento nessas reuniões mensais feitas entre o 12º e a 12ª Região. A partir daí, operações integradas têm sido executadas em toda a nossa região com resultados extremamente positivos em toda a área, como ocorreu em Caratinga, João Monlevade, Itabira, Ipatinga e Manhuaçu. Recentemente uma operação em Mutum envolveu mais de 70 policiais, até da Polícia Militar do Espírito Santo, o que culminou com a prisão de vários traficantes e apreensão de veículos. Tais operações têm sido fundamentais para diminuir o índice de criminalidade na região, o que é fruto desse trabalho integrado que tem sido feito. Tive a oportunidade de ser regional em Manhuaçu por oito anos, quando trabalhamos junto com o Cel. Henrique, que era o Comandante do 11. Antes mesmo dessa integração se efetivar por regulamentos, por decretos, fazíamos isso, já era um trabalho contínuo: sentávamos em volta de uma mesa, discutíamos o problema de nossa região e aplicávamos. Hoje vejo, na nossa região, esse espírito integrado de segurança pública totalmente consolidado.

Também tem sido buscado, no âmbito da Polícia Civil, o projeto de polícia comunitária. Temos feito um trabalho muito importante na região. A regional de Manhuaçu foi a primeira a, na época, receber como premiação um "kit" de polícia comunitária da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais pelo trabalho que vínhamos fazendo lá. Trata-se de um trabalho de aproximação da polícia com a

sociedade. Ela vai às comunidades, ouve seus representantes, ouve as associações de bairro e, a partir daí, planeja os trabalhos para atender a região. A polícia comunitária é um projeto que está em pleno andamento e está sendo aplicado aqui na região.

Há vários projetos no departamento em relação à criação de uma divisão de repressão aos crimes de meio ambiente na nossa região, dados o Parque do Caparaó e o Vale do Rio Doce. Há um projeto em Belo Horizonte, e esperamos que a administração superior o apoie. Estaremos também criando uma divisão de meio ambiente no âmbito do 12º Departamento.

O centro integrado de recuperação de menores, que foi mencionado pelo Comandante, realmente é uma preocupação, no momento, extremamente necessária, porque na nossa região não há nenhum estabelecimento para atender os menores em conflito com a lei. Normalmente os menores são levados ao Ministério Público, e o Judiciário decide o encaminhamento deles. Entretanto, não temos para onde levá-los, não há estabelecimento próprio para esse atendimento. Na época, criamos em Manhauçu um estabelecimento para atender temporariamente, mas ele não satisfaz às exigências. Realmente, esse centro de integração é uma prioridade em todo o Vale do Aço. Então, gostaríamos de pedir colaboração aos Srs. Deputados. Queremos contar com os senhores para que esse projeto realmente se efetive e para que seja criado nas regiões de Ipatinga e do Vale do Aço um centro de integração para recuperação de menores.

Como já foi dito aqui pela Polícia Militar, por intermédio do Comandante, a Polícia Civil também tem contado com o apoio irrestrito de todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais. A Polícia Civil atualmente tem buscado uma parceria com as administrações municipais, com os Presidentes de Câmaras, com os Vereadores, o que é extremamente importante para o nosso trabalho. A própria Constituição Federal estabelece que a segurança pública é dever de todos, é obrigação dos governantes.

Encerrarei minha fala, Presidente, colocando-me à disposição para qualquer pergunta a respeito da área. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Lourival e Cel. Henrique. Haverá momentos de debates em que faremos algumas perguntas, que até já chegaram aqui. Quero registrar a presença e convidar para estar à Mesa conosco - o Anchieta Poggiali liberou uma cadeira ali - a Sra. Elza Maria da Silva, secretária do Consep da Cidade Nobre e Iguaçu. Se estiverem presentes mais representantes de Conseps, registrem sua presença junto à Daniela, da assessoria da Comissão de Segurança Pública. Registro também a presença da Sra. Neli Gomes dos Santos, Secretária de Governo de Santana do Paraíso, representando o Sr. Quim, Prefeito de Santana. Muito obrigado pela sua presença. Onde você está, Neli? Agradeça ao Prefeito também. Espero a sua participação. Também estão presentes o Sr. Élcio Nunes de Moraes, do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente em Ipatinga - obrigado pela sua presença, Élcio -; a Sra. Geralda Lúcia Silva Almeida, Gerente de Ensino Não Formal,

Código do documento: 776732

representando a Sra. Célia Pedrosa, Secretária Municipal de Educação; os Pastores Wagner, da Igreja Shalom, que faz um trabalho belíssimo com crianças no esporte, coisas que nos agradam muito; Teco Resende; Nivaldo Schmidel(?); os Srs. Eustáquio Oliveira, Presidente da Associação dos Deficientes de Ipatinga - Adefi - obrigado pela sua presença, Eustáquio -; Flávio Ferrer(?), do Intec(?); Wagner Bretas, da Associação Projeto de Deus e da Associação Águas Novas; Rui Barbosa, do PV; João Bosco Pianissola(?) - será que acertei o nome? -, representando Ademir Siman, Presidente da Associação dos Municípios pelo Desenvolvimento Integrado - Amdi. Muito obrigado pela presença de todos. O Deputado Rômulo Veneroso está-me lembrando que a Deputada Rosângela Reis já está conosco. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra agora - estamos nessa linha da segurança e já que há nessa região integrada duas rodovias federais - ao Sr. Fernando César Ribeiro Cabral, Inspetor Chefe da 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

O Sr. Fernando César Ribeiro Cabral - Bom-dia a todos. (- Falha na gravação.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - ... Teresa de Paula, Presidente do Movimento de Mulheres de Ipatinga. Obrigado, pela sua presença, Teresa. A Deputada Maria Tereza Lara deseja saber onde está a Teresa. Washington Luiz, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Inhapim. Obrigado pela presença, Washington. Elisabeth Anareli Ferreira, Diretora da Superintendência Regional de Ensino de

Coronel Fabriciano. Onde você está, professora? Muito obrigado pela presença, esperamos também a sua participação. Salomão, Vice-Presidente da União de Defesa da Comunidade Bom Jardim. Queremos a participação de todos.

Concedo a palavra a Walter Freitas de Moraes Júnior, Promotor de Justiça da Comarca de Ipatinga.

O Promotor Walter Freitas de Moraes Júnior - Exmo. Sr. Deputado João Leite; Exma. Sra. Deputada Maria Tereza; Exmo. Sr. Deputado Rômulo Veneroso; Exma. Sra. Deputada Cecília Ferramenta; Exma. Sra. Deputada Rosângela Reis. Bom-dia a todos. Cumprimento todos os presentes e demais componentes da Mesa. Primeiramente o Ministério Público gostaria de saudar a criação e instalação da Risp em Ipatinga, que não é apenas um espaço físico, mas também uma filosofia de integração das Polícias Civil e Militar, em que as melhores características operacionais de funcionamento e dinâmica dessas duas instituições estarão reunidas em prol da população. Ressalto aos Delegados e aos policiais militares presentes que o Ministério Público está à disposição de todos para contribuir no funcionamento e na estruturação dessa Risp instalada em Ipatinga. Ressaltamos, Srs. Deputados, a importância de o Estado investir nas carreiras das Polícias Civil e Militar, buscando manter em seus quadros os excelentes profissionais que estão representando aqui esses dois importantes segmentos da segurança pública, e estimular principalmente aqueles da carreira jurídica para que permaneçam nelas. Da mesma forma, lembro que Ipatinga vive uma situação

peculiar, pois é cidade de uma região conhecida, é muito conhecida pela sua pujança, seu atrativo econômico e sua qualidade de vida, o que atrai pessoas com destino a essa região de forma definitiva. Há pessoas de diversos locais, não só do Estado, como também do País, vindo para Ipatinga, chegando aqui a cada dia, e atraídas, em especial, pelo desenvolvimento econômico da nossa região, que há cerca de dois, três anos tem sido impulsionado mais ainda com a notícia de expansão da grande siderúrgica situada na cidade, a Usiminas. Essa expansão já está ocorrendo internamente na área da empresa e posteriormente com a nova usina em Santana do Paraíso.

Então, Srs. Deputados, muitos problemas de segurança que vivenciamos hoje em Ipatinga serão potencializados caso não sejam conhecidos e não haja investimentos neles, como os problemas relativos à chegada de uma população em massa em virtude da nova usina de Santana do Paraíso, com potencial de atração econômico enorme. Da mesma forma, cerca de 30, 35 mil moradores vindo para a nossa região, causando um impacto nos sistemas do Poder Judiciário, do Ministério Público, das polícias e da Defensoria Pública estadual. Este é o momento de aproveitarmos para conversar sobre esse potencial impacto que essa expansão econômica e populacional irá trazer para a nossa região, como na questão da infância. O Centro Integrado de Apoio à Infância é fundamental, essencial, e deve ser instalado o mais rapidamente possível. Da mesma forma, o apoio das Polícias Civil e Militar na área que trata da infância, bem como do Poder Judiciário, do Ministério Público e da magistratura. O Ministério

Público busca instalar em Ipatinga a 10ª Promotoria de Justiça, cujo foco será a atuação na área da infância. Essa é a divisão de atribuições propostas ao Procurador-Geral de Justiça. Solicito aos Srs. Deputados que comuniquem ao Procurador-Geral de Justiça reiterando o apoio já efetuado pelos membros do Ministério Público na comarca quanto à necessidade de instalação de uma Promotoria, que já está criada, não depende de lei para sua criação. Da mesma forma, a expansão do Poder Judiciário em Ipatinga, que já está ocorrendo com a instalação recente da Vara da Infância, e a expansão da Defensoria Pública em nosso Município para que ela possa cumprir o seu papel precípua: prestar assistência jurídica de excelente qualidade aos mais necessitados.

Assim também, Srs. Deputados, friso a importância de estruturação da Apac em Ipatinga. Falou-se aqui sobre reincidência. Tive o prazer de acompanhar a instalação da Apac em Nova Lima e a tentativa da instalação da Apac em Caratinga. Uma das atividades que eu tinha o maior prazer de fazer era ministrar palestras à comunidade, ao Rotary e ao Lions Club destacando a importância do método Apac, método de recuperação, mas que, na verdade, é a simples aplicação do que a Lei de Execuções Penais já determina. Essa é uma metodologia que tem o poder de transformar o índice de reincidência de cerca de 80, 85% do sistema prisional comum e um índice de recuperação de cerca de 80%. Ressalto que os atos de reincidência das pessoas que saem do sistema prisional, em sua maioria, incide sobre a própria comunidade, onde o cidadão cumpriu a sua pena. Então, a

estruturação do sistema Apac em Ipatinga é de importância capital a fim de que esses índices de reincidência no local, Ipatinga e Ipaba, venha a diminuir progressivamente. O Ministério Público enfatiza a oportunidade de esses problemas serem encaminhados, por meio da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, aos órgãos e pessoas responsáveis pela sua solução. Ressalto novamente que os problemas serão potencializados pela atração econômica, o rápido crescimento da população de Ipatinga e da região.

Ressalto ainda a felicidade e a importância da integração das Polícias Civil e Militar. Da mesma forma o trabalho conjunto com o Ministério Público e o Judiciário naquilo que for possível. Enfim, agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Gostaria de agradecer ao Dr. Walter de Freitas, Promotor de Justiça, representando o Dr. Alceu, por suas considerações e reflexões. Passo a palavra ao Dr. Rafael Von Held Boechat, Defensor Público do Estado, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral do Estado.

O Defensor Público Rafael Von Held Boechat - Bom-dia a todos. Meu nome é meio complicado mesmo, pois é de origem alemã. Inicialmente, gostaria de saudar a Mesa de autoridades na pessoa da Deputada Maria Tereza Lara, parceira incondicional da causa nobre da Defensoria Pública, assim como as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta, que sempre estão de portas abertas para escutar um pouquinho sobre a Defensoria Pública. Saúdo também os demais

presentes a esta audiência pública na pessoa do Eustáquio, Presidente da Associação de Deficientes Físicos, que no mês passado nos acompanhou no projeto Blitz da Cidadania, quando visitamos prédios públicos em Ipatinga e vistoriamos a questão da acessibilidade para deficientes físicos e idosos. Informo que os relatórios já estão em fase de conclusão e em breve entraremos em contato para amadurecer o discurso. Não há como falar de segurança pública sem envolver a Defensoria Pública.

Os avanços conquistados pelo Governador Aécio Neves em sua gestão em relação à segurança pública são inquestionáveis, como os cerca de 27 Delegados que vieram para a nossa região, viaturas e projetos de patrulha rural e escolar. O que nos chama a atenção é o investimento exacerbado na repressão à violência em detrimento da prevenção. Aí insiro a Defensoria Pública. Sou Defensor Público de carreira do Estado de Minas Gerais e coordenador da Regional de Ipatinga. A nossa regional engloba 15 comarcas, 42 Municípios e aproximadamente 1.300.000 habitantes. Dessas 15 comarcas, apenas 3 possuem Defensoria Pública: Ipatinga, João Monlevade e Caratinga. Em Ipatinga, por exemplo, uma comarca de aproximadamente 350 mil habitantes, que engloba os Municípios de Ipaba e Santana do Paraíso, de acordo com a deliberação do nosso conselho superior, o ideal seria ter 14 Defensores Públicos, mas há apenas três em exercício: eu, o Dr. Altaí, sentado ali ao fundo, e a Dra. Ana, o que dá em média 20 mil processos para cada Defensor Público. Então, a polícia faz o seu trabalho digno de aplausos, mas quando bate no Judiciário não tem

profissional adequado para absolver essa demanda. Em razão da insuficiência de Defensores Públicos, tivemos de priorizar as nossas áreas de atuação. Hoje os três Defensores Públicos de Ipatinga dedicam-se única e exclusivamente à área criminal. São duas Varas Criminais, cada uma com 4 mil processos, e a de Execução Penal, com aproximadamente 3.500 processos. Há apenas três Defensores Públicos absorvendo essa demanda. Mas isso não é exclusividade de Ipatinga. Isso se repete em todo o Estado de Minas Gerais. Em 267 comarcas, salvo engano, apenas 31% possuem Defensoria Pública. O que acontece nos outros 69% das comarcas quando uma pessoa é presa para assegurar os seus direitos constitucionalmente consagrados como a ampla defesa, o direito ao contraditório e o direito ao silêncio? Não se sabe ao certo. Alguns Municípios têm contratado advogados no intuito de suprir essa lacuna. Isso é uma postura questionável do ponto de vista constitucional já que a nossa Constituição prevê, em seu art. 134, a Defensoria Pública como instituição essencial à prestação jurisdicional do Estado e responsável pela orientação em todos os graus aos necessitados. Então, esta é a mensagem da Defensoria Pública, e está ecoando aos quatro cantos do Estado de Minas Gerais.

Na terça-feira passada, no Dia pela Mobilização da Cidadania, cerca de 90 Defensores compareceram na Assembleia Legislativa, e todos os gabinetes dos Deputados foram visitados. Na oportunidade foi entregue o 3º Diagnóstico da Defensoria Pública, que é um levantamento geral de todas as Defensorias Públicas do Brasil - entre elas Minas Gerais, obviamente -, e divulgado no congresso

nacional realizado, em Porto Alegre, pelo Ministro Tarso Genro, do Ministério da Justiça. Para nossa surpresa, verificamos nesse diagnóstico que a Defensoria Pública de Minas Gerais é a segunda mais antiga do Brasil, perdendo somente para o Estado do Rio de Janeiro. Minas Gerais é um Estado com IDH alto, porém é a terceira pior Defensoria Pública do Brasil em termos de orçamento, de investimentos. Conseqüentemente, o profissional não permanece na carreira porque os seus salários e condições de trabalho não são atrativos. Um estudo realizado pela Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais constatou que a cada 12 dias perde-se um Defensor Público no Estado, pois eles procuram outras carreiras mais atrativas, como a de Juiz e Promotor de Justiça do Ministério Público. Então, a nossa batalha é pelo fortalecimento da Defensoria Pública, pela valorização do Defensor Público e, conseqüentemente, a valorização da sociedade, mais especificamente da sociedade carente, que, por questões históricas, sempre ficou à margem de toda a esfera de tomada de decisões. Agradeço a oportunidade de levantar a bandeira da Defensoria Pública. Coloco a Defensoria Pública à disposição dos senhores e das sociedade para questionar algum posicionamento nosso, para receber críticas e elogios. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o Luiz Fernando, Presidente da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - de Ipatinga.

O Sr. Luiz Fernando - Quero agradecer a atenção que a Comissão da Assembleia está concedendo à cidade e à plateia quanto à segurança pública na nossa região. Quero cumprimentar toda a Mesa na pessoa do Deputado João Leite.

A Apac de Ipatinga já existe, de direito, há quatro anos e meio, no entanto, de fato, existem alguns entraves burocráticos e administrativos. Há mais ou menos 90 dias, saiu daqui uma comissão formada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara e por representantes do Judiciário, do Ministério Público e das comunidades. Fomos até o Secretário de Defesa Social, em Belo Horizonte, Dr. Maurício Campos, para resolver o problema de área para a instalação da Apac. Há aproximadamente quatro anos, o Município fez a doação de um terreno situado ao lado do Ceresp, para que fosse instalado o Centro de Internação do Adolescente - CIA. Logo após o recebimento desse terreno pelo Estado, que foi também escriturado, o Estado se manifestou dizendo que aquela área não atendia às suas necessidades. O gasto seria muito alto em infraestrutura para a instalação do CIA. Depois disso, o terreno ficou abandonado. E continuamos procurando uma área para instalar a Apac, até que, depois de várias alternativas, nos foi apresentado outro terreno, que deveria ser desvinculado do Estado. Aí fomos conversar com o Secretário de Defesa Social, que declarou perante várias autoridades que realmente o Estado abriria mão daquela área porque para o CIA seria necessária uma área de 10.000m². Essa área não interessava ao Estado e seria devolvida ao Município quando ele apontasse uma nova área para essa

instalação. Tanto o CIA quanto a Apac são de grande relevância para a cidade e para a região. Estamos presenciando grandes disputas por instalação de CIAs. Inclusive, como o próprio Secretário disse, se Ipatinga não fizesse a indicação para uma área do CIA, outros Municípios ao redor brigariam por ele, como Caratinga, Inhapim e Manhuaçu. Todos estão lutando para ter um CIA, dada a importância de um local para onde se possam encaminhar esses menores infratores. Esses adolescentes realmente na nossa cidade não existem. Está havendo conflito, às vezes isso acontece, que junto ao Ceresp é preciso dar passagem, mas não pode permanecer. Isso não pode continuar.

Estamos sentindo aqui em Ipatinga - infelizmente fui obrigado a declarar isso por várias vezes - que a nossa sociedade está caminhando na contramão, porque CIA é uma coisa e Apac, outra. Cada um tratará dos seus interesses, em cada um deles existem as pessoas certas. Agora surgiram grupos que são contra a instalação de Apacs: falam que a Apac é um cadeião, que não querem Apac aqui, que não querem ali. Estão considerando a Apac um ponto de ônibus: todos o querem, mas não na sua porta, e sim na porta do vizinho.

Municípios vizinhos já se ofereceram, e algumas pessoas perguntaram porque não faz a Apac lá. Ela deve estar dentro da sede da comarca. Suponhamos que atendêssemos à oferta de Ipaba ou de Santana do Paraíso, que já dispuseram áreas. Na hora que aquelas cidades implantarem a sua comarca, iremos perguntar: onde está a nossa Apac? Ficou para eles.

A Apac atende aos presos da cidade, porque exige o acompanhamento das famílias e da sociedade; o seu objetivo é fazer a recuperação e a ressocialização com a família e a sociedade. Aquele condenado que está preso em uma área comum, simplesmente de passagem, numa área por que não tem afeto, não tem nada, em que não tem nenhuma ligação, não se recuperará dentro do sistema comum voltará para o crime, já que não tem ninguém ali da família esperando por ele.

A sociedade tem um pensamento muito errado a respeito da Apac, pois acha que ela passa a mão na cabeça de condenado, de bandido. Muitas vezes se fala assim: "Bandido tem que morrer. Para que esse trabalho? Vocês estão perdendo tempo". Mas a sociedade esquece que a pena daquele condenado que vai se encerrar e ele será recolocado na rua. O que ele fará depois, se nada lhe for oferecido? Nem o cumprimento da lei de execução penal está sendo aplicado ele. A obrigação que a lei determina é uma assistência mínima de que o ser humano precisa, mas infelizmente não é isso que se vê nos grandes presídios.

Existe uma penitenciária próxima daqui que realmente é uma exceção, que já está sendo citada como modelo, mas isso é raro. Gostaria de fazer um apelo para esta Comissão, tão preocupada com segurança pública. A Apac também participa da segurança pública, é ela que vai fazer aquele trabalho de recuperação e de ressocialização do condenado para ele voltar para a sociedade. E, nesse momento, a sociedade praticamente nem perceberá que está voltando um egresso, porque ele já está preparado. Vejam as Apacs que existem por aí.

Apac existe desde 1972, mas poucas pessoas a conhecem. Comentam: "Ah, ouvi falar da Apac de Itaúna". Itaúna foi quem abraçou, difundiu e expandiu esse modelo em Minas Gerais. No Brasil já está presente em mais de 20 Estados, além de 18 países, por meio da Apac de Itaúna.

Gostaria de reforçar o assunto, agradecer à Mesa e pedir realmente que nos apoie, pois precisamos de ajuda. A documentação necessária da Secretaria de Defesa Social fala que esse terreno, que foi doado pelo Município de Ipatinga, ao lado do Ceresp, correspondente a uma área de 10.000m², não a atende. A informação de que esse terreno poderia ser cedido para a Apac foi dada verbalmente às autoridades que estiveram presentes. Como o documento ainda não chegou - o projeto de lei já tramitou na Câmara, mas falta o cumprimento que prova realmente que esse terreno pode ter uma nova destinação -, estamos aqui paralisados, sem poder caminhar. Por gentileza pedimos a sua cooperação. Vamos fazer com que a Apac seja implantada em Ipatinga. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Passo a palavra para Juliana Resende Campolina de Sá, Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese.

A Sra. Juliana Resende Campolina de Sá - Bom dia a todos. Quero cumprimentar, na pessoa do Deputado João Leite, todas as autoridades presentes na Mesa e a integração das Polícias Civil e Militar, uma assertiva do Estado de Minas Gerais. Agradeço o convite da Assembleia, pois temos sido parceiros neste debate a respeito da
Código do documento: 776732

defesa social e da segurança pública, ponto que está, hoje, em primeiro lugar na agenda de discussão do País. Temos ouvido relatos extremamente significativos não só no ordenamento dos serviços, mas também no reflexo direto da redução da criminalidade.

É muito importante falarmos de segurança pública, de melhoria do sistema prisional e de qualificação dos profissionais que atuam na repressão do crime. Além disso, é de fundamental importância discutirmos no nosso projeto de sociedade a situação da prevenção, cujo custo individual é bem menor se comparado ao custo do indivíduo que já foi sentenciado e que está hoje nas nossas penitenciárias. Esse custo é invisível quando vemos o quanto isso repercute no indivíduo que recebe do poder público proteção social, educação, saúde de qualidade, política de esporte e cultura e fortalecimento do primeiro sistema de proteção, que é a família. Ou seja, precisamos investir em políticas que fortalecerão e darão poder a essas famílias para cumprir o seu papel de formadoras de cidadãos. Particularmente a Secretaria de Desenvolvimento Social atua com três políticas, que são as de direitos humanos, de trabalho - investe na qualificação do preso, de forma que, ao sair, tenha condições de ingressar no mercado de trabalho - e de assistência social, que é mais nova e cuja estruturação se deu basicamente nos últimos quatro anos, apesar de já estar regulamentada desde 1993, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas. Existem importantes atores da política de assistência na região do Vale do Aço, como a gestora de Coronel Fabriciano, que responde pelo colegiado dos gestores do Estado; em

Ipatinga existem os chamados Centros de Referência de Assistência Social - Cras: já são quatro e, no próximo ano, devem ser implementados mais dois. Consideramos fundamental a organização dessas políticas sociais no sentido de garantir a prevenção, para que os nossos jovens tenham outras oportunidades em vez de serem cooptados pela criminalidade.

Estamos abertos ao debate. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Juliana. Essa é uma parte importante da luta da sociedade mineira contra a criminalidade, que é uma questão social. Vemos aqui várias pessoas envolvidas nesse processo, como o Pastor Wagner, que tem atuado tão fortemente na questão social em nosso Estado. Muito obrigado pela presença da Juliana e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais.

Antes de lhe passar a palavra, Anderson Franco, representante do Prefeito e Secretário de Governo do Município, lerei uma pergunta, e você poderá nos ajudar. Favor se direcionar ao microfone. A Sra. Vera Tufik - está certo, é Vera mesmo? - pergunta o seguinte: "O número de pessoas que caem de prédios está ficando preocupante. Aqui em Ipatinga, ontem, no Bairro Canaã, uma menina de 12 anos foi vítima de uma queda e veio a falecer. Esta questão de moradia deveria ter uma obrigatoriedade de segurança no que diz respeito ao planejamento de prédios. Existe alguma lei de proteção nesse sentido? O que a Comissão de Segurança poderia propor, uma vez

que crianças são as maiores vítimas?". Obrigado, Vera. Ela direciona a pergunta também à Comissão de Segurança. Quem tem o direito de segurança e de polícia, no caso de construções e do Habite-se, é a Prefeitura. Por isso encaminho essa pergunta tanto à Prefeitura quanto à Câmara Municipal, porque os regulamentos que tratam das construções passam pela Câmara Municipal por meio das leis de uso e ocupação do solo, do Código de Postura e Obras - como está lembrando aqui o Dr. Weber Americano. Por esse motivo passaremos esse mistério para o representante do Prefeito, Secretário Anderson Franco, para que possa responder à Sra. Vera Tufik. Com a palavra o Secretário.

O Secretário Municipal Anderson Franco - Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Deputado João Leite, a nossa amiga e companheira Deputada Maria Tereza Lara, as Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis, o nosso amigo e parceiro Presidente da Câmara Municipal, Vereador Nilton Manoel, os representantes das Polícias Civil e Militar, os senhores delegados, o Vereador César Custódio, que fez uma audiência pública sobre a Apac recentemente, e o Vereador Nilsinho. Quero dizer que é uma alegria estar aqui, Presidente, porque Ipatinga tem tomado medidas para garantir o avanço da segurança pública na cidade. Por meio de uma parceria com o Legislativo Municipal, estamos implantando o Olho Vivo aqui em Ipatinga, finalizando um convênio com a Polícia Militar de mais de meio milhão de reais, para garantir segurança nas escolas, conforme foi falado anteriormente, com o Patrulha Escolar. Com esse convênio

será garantido aos pais que os filhos tenham mais segurança quando vão às escolas. Temos firmado vários convênios com a polícia.

A questão da segurança pública é um contexto, e não uma fato isolado. Estamos investindo no social por meio de parcerias com o Senai e com escolas de músicas, beneficiando-se mais de 900 alunos. Reativamos parcerias com praticamente todas as entidades sociais que estavam agonizando na nossa cidade antes desse governo.

Estamos investindo no esporte como prevenção para não deixar as crianças sem uma prática esportiva, sem um objetivo, em vez de ficarem perambulando pelas ruas. O Prefeito Robson Gomes, sempre que solicitado, não tem-se furtado ao Legislativo, à Polícia Militar. Creio que em Ipatinga, hoje, como se falou quanto à questão da Risp, o governo se prontificou e puxou desenvolvimento. Quanto à Apac, o Prefeito não se furtou, foi pessoalmente a Itaúna. Estamos encabeçando porque é para a sociedade e precisamos atuar na prevenção. A pessoa se lembra de segurança pública quando é vítima, ela própria ou um parente, um ente querido. Então, penso que este debate é importante para a sociedade, trata-se de uma oportunidade para frisar o tema.

Quero ressaltar o trabalho de quem não está presente, mas que é importante frisar, do Deputado Federal Alexandre Silveira. Recentemente, como resultado de emenda, estivemos com ele entregando 2 milhões de viaturas para a polícia do Vale do Aço.

Creio que este debate enriquece o nosso trabalho. A Prefeitura está de portas abertas, o Prefeito acaba de assumi-la.

Quero estender um convite ao Sr. Presidente, aos Deputados, para estarem com ele no gabinete. As deliberações dos trabalhos de hoje serão atenciosamente acolhidas pelo governo municipal. Obrigado. Abraço a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Secretário Anderson Franco. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos a todos e todas aqui presentes, ao Presidente da Comissão, Deputado João Leite, ao Deputado Rômulo Veneroso, membro desta Comissão, às duas Deputadas, mulheres de Ipatinga, Cecília Ferramenta e Rosângela Reis. Cumprimento todas as autoridades da Mesa na pessoa do Vereador Nilton Manoel, Presidente da Câmara, que nos acolhe; o Vereador Anderson Franco, aqui representando o Executivo, o Prefeito Robson; todas as autoridades das Polícias Civil, Militar e Federal, o representante da Sedese e a Juliana, que acompanha a Comissão com uma importante atuação.

Eu estava aqui pensando que realmente segurança pública cabe às três esferas do poder e à sociedade civil, por isso é muito importante a presença de cada um de vocês aqui. Este debate já estava agendado e, a partir da 1ª Conferência Nacional de Segurança, ficou oficializado. Então, não é possível mais avançarmos sem que todos participem. Por isso quero cumprimentar, de maneira especial, toda a sociedade civil que está aqui e todas as autoridades, representando os profissionais de segurança, os órgãos públicos.

Um aspecto muito positivo que foi possível observar aqui é a integração das polícias para otimizar os recursos. No Estado, esta já é a sexta audiência pública que temos realizado no interior. Realmente, trata-se de um avanço a integração entre as polícias, o que é um fato positivo. Percebemos também um grande avanço para a polícia comunitária, sobretudo da Polícia Civil, que tem esse objetivo, avançar. Lembro-me bem de que em Betim, em um debate que houve, um Delegado de Polícia que ficou por 10 anos no Rio contou a sua experiência. No Rio, ele saía de casa e não sabia se ia matar ou morrer - assim foram as palavras dele. Quando veio para Minas, fez todo um treinamento de polícia comunitária e falou: "Agora eu não troco de jeito nenhum". Pode-se ver que o resultado tem sido positivo.

Como dissemos, temos vários pontos positivos, como a retirada das Polícias Civil e Militar de dentro das cadeias. Há outros grandes desafios; assim, temos de unir forças, todos, para superá-los. Vocês têm pontuado um deles, que é a questão da Defensoria pública. De fato, temos de fazer a Defensoria Pública avançar. Temos uma frente parlamentar da Defensoria, cuja coordenadora é a Deputada Rosângela Reis, aqui presente. Todos temos contribuído, e isso é preciso, até para avançarmos na questão penitenciária, para que as pessoas com baixo poder aquisitivo tenham direito à defesa dos seus direitos. Então, somos intransigentes na defesa da Defensoria Pública. Em Betim há 450 mil pessoas e somente 3 Defensores. Em fevereiro próximo deverá haver concurso, esperamos que

supere a carência. A questão salarial também é uma luta da categoria e tem o nosso apoio. Temos de superar essa dificuldade.

Outro tópico que queremos que conste aqui relaciona-se ao trânsito, que também é segurança pública, como já mencionado. Trata-se de uma luta árdua para revertermos o quadro de alto índice de acidentes. Há urgente necessidade da duplicação da BR-381, o que temos de reivindicar, com certeza.

Gostaria de parabenizar vocês que estão defendendo a Apac. A Apac ressocializa cerca de 85% dos detentos, enquanto o sistema comum ressocializa, no máximo, 15%. Uma das grandes batalhas que temos apresentado na nossa Comissão e que sempre tenho pontuado é a questão penitenciária. Quero, depois, Sr. Presidente, ter notícias. Já foi possível perceber aqui, por uma pincelada, que, de fato, o sistema penitenciário daqui tem pontos positivos, mas eu gostaria de saber a respeito da cadeia. Gostaria de saber não só como estão as penitenciárias, mas também a cadeia pública. Temos de reverter esse quadro. Estamos vendo que os Estados Unidos são o país com o maior índice de encarcerados e o problema da violência não é solucionado. Então, temos de reverter esse quadro, temos de investir para que, de fato, o sistema prisional ressocialize, daí a urgente necessidade da educação e da profissionalização não só dentro das penitenciárias, mas também nas cadeias. Gostaria de obter informações sobre essa questão.

Além disso, há também a solicitação da construção da Risp, como se falou, e do centro de internação, que é essencial. Quanto a

criança e adolescente, participei de um debate sobre o PPAG, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e 60% das cidades ainda não têm as medidas socioeducativas em andamento. O índice é alto, tanto que foi sugerido que a AMM propusesse esse debate, que é importante e que temos feito na nossa Comissão.

Antes de encerrar, informo que brevemente teremos uma discussão sobre os encaminhamentos, além dos que estão acontecendo, da conferência nacional. Isso porque mais uma vez queremos destacar as três esferas do poder e a sociedade, não só na repressão qualificada, mas na prevenção, como disse a representante da Sedese. É muito importante unir forças, porque senão vamos somente prender os jovens e não vamos solucionar nada. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Vamos ouvir agora o Dr. Weber Americano, o Prefeito que é Delegado. Muito obrigado pela presença, pelo interesse, por vir de Dionísio até aqui para participar desta audiência. Muito obrigado, Dr. Weber.

O Prefeito Weber Americano - Saúdo a Mesa na pessoa do Sr. Presidente, Deputado João Leite. Na realidade, Deputado João Leite, é uma vida que levamos. Quando o Cel. Henrique e o meu colega Lourival falaram de um passado, devo lembrar que, em 1975, quando assumi o plantão de Belo Horizonte, centralizado, ligavam para o batalhão de radiopatrulha e perguntavam: "Quantas viaturas temos esta noite?". "Oito viaturas". "E a Polícia Civil?". "Quatro". Via os recursos com que contava a polícia àquela época, de um plantão para uma cidade de

quase 2 milhões de habitantes. E hoje temos o prazer de visitar as unidades e ver o que existe de recursos.

Há uma coisa que não foi dita aqui, que posso dizer, talvez os meus colegas Delegados não tenham falado. É que, na realidade, hoje temos de chamar a atenção para os vencimentos dos policiais. Trata-se do menor que existe hoje na polícia do Brasil, e isso está envergonhando Minas Gerais. A polícia cresceu muito, em equipamentos, treinamento, unidade policial. Lembro-me perfeitamente de que, em 1975, fui designado para fazer o primeiro policiamento conjunto das Polícias Militar e Civil em decorrência do episódio do Júlio Hembeck(?), em Ouro Preto - não sei se se lembram -, que criou um problema diplomático internacional no Brasil. Fizemos uma estrutura, e fomos policiar o 5º, 6º e o 7º Festivais de Inverno em Ouro Preto. Naquela época, eram 150 homens da Polícia Militar e 80 da Polícia Civil. Foi o primeiro policiamento que gerou uma defesa da unificação das Polícias Civil e Militar. Posteriormente, como Presidente da Associação dos Delegados, falávamos, por ocasião da comissão dos notáveis da Constituição -estavam ali Afonso Arinos, Hélio Jaguaribe -, numa representação de todo o Brasil, das Polícias Militar e Civil, da unificação levantada pelo Cel. Cerqueira, citado no livro do Cel. Klinger, como uma necessidade. Dizia principalmente que, quando houvesse abertura, não teria aquele caráter ostensivo, militarizado da polícia, mas ela teria de ser civil, com braço militarizado, isto é, oficial, ostensivo.

Nesse impasse, nesse tempo todo, também evoluímos. O que conseguimos, por exemplo, Deputado João Leite, por intermédio até da sua pessoa e de outros Deputados, foi o Fundo Penitenciário. Só no primeiro ano, de maio, quando a Assembleia aprovou o Fundo, até dezembro, chegamos ao final do ano com 34 milhões de recursos disponíveis, que alocamos para construir algumas unidades prisionais, duas delas no Vale do Aço. Construimos a penitenciária de Ipaba, que foi em decorrência de uma rebelião em Caratinga - Ipaba pertencia a Caratinga. Pressionados politicamente, trouxemos para o Vale do Aço porque o maior problema prisional estava em Coronel Fabriciano e Ipatinga. Depois, com recursos do Fundo Penitenciário, concluimos a unidade de Pacas, em Valadares, também atendendo o Vale do Aço. Em seguida, criamos a unidade hospitalar dentro da Nelson Hungria, com hospital para presos em fase terminal... (- Inaudível.) Presos aidéticos. Esse Fundo deveria ser revisto porque, à época, trinta e tantas obras estavam paralisadas, desde 1972, na área de segurança pública, e alguns investimentos foram beneficiados nos primeiros seis meses do governo Aécio Neves.

Quando o Governador Aécio assumiu, já estávamos trabalhando, durante todo o governo do ex-Governador Eduardo Azeredo. Podem lembrar-se de que no primeiro ano do governo Aécio Neves foram inauguradas 2.800 celas, em decorrência dos recursos do Fundo Penitenciário.

Deixo aqui a minha experiência, a visão que tenho a respeito da segurança no Vale do Aço. Devo lembrar que, como

Secretário de Planejamento de Ipatinga, implantamos a construção do o 12º Batalhão de Polícia, a pedido do Comando da PM. Quanto ao Batalhão de Bombeiros, foi uma dádiva da PM à região do Vale do Aço. Creio que hoje, pelo que vejo e pelo que sinto, em termos de segurança, a região cresceu bem. O meu Município faz parte dos 26 Municípios da segunda Região Metropolitana do Vale do Aço, sendo que o Vale do Aço é a segunda região metropolitana. O Cel. Henrique e o Dr. Lourival têm-se preocupado muito com o nosso Município, pequeno. No mais, quero agradecer a todos vocês.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Weber, pela contribuição. Há aqui um questionamento da Sra. Sônia Marcelino, que faz parte do Consep do Bairro Caravelas. Muito obrigado pela sua presença.

Ela está dando uma sugestão. Gostaria que o Cel. Henrique e o Dr. Lourival prestassem atenção a esse assunto. Não sei se isso vai ser possível, mas ela teve oportunidade de participar de algumas aulas do Proerd, na escola, junto com o filho. Ela achou a iniciativa excelente, por isso pergunta se o Proerd pode fazer parte das disciplinas escolares, como Matemática e Português. Ela queria que essa matéria fosse incluída no currículo escolar. Essa é uma questão que depende do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Educação. Acho que é um tema que poderíamos levar à Secretaria de Educação, por meio de requerimento. Posteriormente, poderemos respondê-la. Agradeço a participação da Sônia.

Peço ao Sr. Vladimir, nosso Consultor, ajudar-nos a anotar a pergunta que ela fez. Sônia, você poderia trazer ao Sr. Wladimir e

à Sra. Daniela seu endereço, para que possamos responder ao questionamento que você faz.

Com a palavra, o Sr. José Geraldo Rosa de Sousa, que tem um questionamento a respeito de uma criança assassinada, Markinhos Burn, seu filho.

O Sr. José Geraldo Rosa de Sousa - Bom-dia a todos. Sou pai de Markinhos Burn, o menino assassinado no Parque Ipanema, com uma dita bala perdida, que não era perdida. Isso foi feito por alguns estudantes do João XXIII, onde ele estudava. Lutei muito para criar esse menino até os 16 anos. Ia fazer 17. Não tinha envolvimento com droga, com bebida alcoólica ou com cigarro. Tinha futuro, que era ser médico. Ele fez a prova do Enem e passou. O governo lhe deu a bolsa de estudo para que ele fosse técnico de instrumentação. Ele estudava aqui no Centro. Depois, parou de estudar e me falou: "Pai, não vou ser técnico de instrumentação, vou fazer medicina". Duas semanas antes, foi à UFMG em BH. Viu e gostou da escola. Ele tinha um vídeo e veio para Ipatinga todo alegre, com um sonho a realizar. Esse menino não tinha nenhum problema com a sociedade. Só ajudava as pessoas.

Acho que 20% das pessoas presentes me conhecem. Moro em Ipatinga há 45 anos. Nasci em aqui. Vi Prefeitos saindo e Prefeitos entrando. Ipatinga era uma região muito humilde. Vi esta cidade crescer. Estou crescendo junto com ela. Temos aqui Vereadores que foram ao enterro do meu filho, bem como muitos estudantes, pessoal do João XXIII e do Sindipa. Até hoje esse crime não foi resolvido. O Delegado, Dr. Reinaldo, bem como a Polícia Civil, estão trabalhando

no caso. Eles me recebem muito bem na delegacia, só que o Dr. Reinaldo foi transferido para Belo Horizonte. Ele sabe quem matou meu filho. Está tudo registrado no jornal.

Criei meu filho do jeito que a sociedade pede: estudando, aprendendo uma religião. O que ganhei com isso? Até agora, nada. Meus dois meninos são nascidos em Ipatinga. Minha filha não quer mais morar aqui. Ela está em São Paulo. O outro está passando férias lá também. Estava trabalhando em Vitória, quando me deram a notícia de que meu filho havia sido morto por uma bala perdida. Não acreditei. Não acreditei. Meu filho era companheiro da mãe dele. Só fui acreditar quando o vi no velório, deitado no caixão. Havia quatro pessoas com ele nesse crime: a ex-namorada, que é maior, mais três adolescentes, que estudavam em sua sala. Isso saiu no jornal. O Delegado sabe quem o matou. Por que isso não foi revelado até agora? O que está precisando para prender esse povo? Não estamos na reunião sobre o crime? Temos aqui governantes, Delegados, Promotores e a Justiça, na qual acredito. A mãe do menino não pôde nem vir aqui. Se viesse, choraria. Quando vou comer, me lembro dele.

Peço aos governantes, ao Delegado, aos advogados, que me ajudem nessa questão. A sociedade de Ipatinga precisa saber quem matou esse menino. Ele era um estudante. Pode ser irmão de policial, filho de ex-policial, mas estamos, cada dia, crescendo mais. Ipatinga está crescendo cada vez mais. Precisamos da Justiça. Por isso estamos aqui. Já conversei com todos os estudantes que estavam com meu filho. Nenhum deles quer falar. Para quê temos a Justiça? Não é para chegar

e conversar com as pessoas? Não é para prender? Não estamos aqui conversando sobre isso, sobre justiça? Precisamos dela. Não quero que cheguem outros pais e mães aqui falando a mesma coisa que estou falando. Hoje, eles mataram meu filho. Amanhã, podem matar o filho de vocês. Vamos ter de fazer justiça. Se é para prender, que prendam. Peço-lhes ajuda. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, José Geraldo. Nossos sentimentos pela perda tão precoce de seu filho. Pedimos ao Dr. Ricardo Augusto Faria, esse jovem Delegado, e ao Dr. Lourival, aqui presentes, que deem uma atenção a esse caso. Faremos um requerimento nesse sentido. Peço ao José Geraldo que, depois, se encaminhe à Daniela para dar-nos o endereço e para que possamos responder-lhe. Vamos fazer um questionamento à polícia para que ela nos dê informações sobre as investigações e possamos acompanhar essa situação. Com a palavra, a Deputada Cecília Ferramenta.

A Deputada Cecília Ferramenta - Boa-tarde a todos. Primeiramente, gostaria de agradecer à Comissão de Segurança Pública, por seu Presidente, Deputado João Leite, pela iniciativa, bem como parabenizá-lo por fazer essas audiências públicas nas 17 cidades onde estão implantadas as Risps. É muito importante este debate, essa interação da Assembleia Legislativa, das comissões com a população. Como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, assim como o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e as outras comissões, temos participado de muitos debates no interior de Minas Gerais e dentro da Assembleia Legislativa. O Código do documento: 776732

Poder Legislativo tem sido palco de grandes debates e de busca de grandes soluções para problemas que estão espalhados por este Estado inteiro. Na semana passada, aliás, estivemos às voltas com um problema que estava acontecendo na cidade de Ouro Branco, em que uma empreiteira contratada pela Gasmig abandonou um canteiro de obras e deixou em torno de 500 trabalhadores à deriva, sem acerto, sem salário, sem alimentação, sem condição alguma de sobrevivência. Isso também é uma questão de segurança. Esses trabalhadores em Ouro Branco são do nosso País inteiro, principalmente do Nordeste. Essas pessoas, no desespero, sem uma casa, sem uma perspectiva, podem cair, às vezes, nessas situações. São esses problemas que vivemos a todo momento na Assembleia Legislativa. Essas comissões têm um papel fundamental de debater com a população, buscar soluções e levar as questões aos órgãos com o objetivo de trazer alguma resposta.

Assim, agradeço ao Deputado João Leite por esse debate estar acontecendo aqui na nossa cidade de Ipatinga, na região do Vale do Aço, uma região tão importante, que tem um peso muito grande para o nosso Estado.

Gostaria também de cumprimentar a todos os que nos antecederam, como o Dr. Anchieta Poggiali, que esteve presente; o Dr. Lourival, Delegado Adjunto; o Cel. Geraldo Henrique; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Rômulo Veneroso; o Dr. Wálter de Freitas, Promotor de Justiça, que também esteve aqui na Casa e precisou ir embora; o Dr. Fernando César, da Polícia Federal; a Dra. Juliana Rezende, da Sedese; o Dr. Rafael Boechat, Defensor Público; o

Anderson Franco, Secretário de Governo; a D. Elza, também representando aqui o Consep.

Quero dizer que fiquei muito impressionada com a fala do Dr. Wálter Freitas, porque ele expôs uma situação interessante, pois ninguém tem aquele olhar de imaginar que isso pode ser um problema. Ele teve um olhar visionário do nosso futuro, que é a expansão da Usiminas, o que ela pode trazer para a nossa região em termos de segurança pública, em termos de educação, em termos de saúde e de habitação. O que isso pode representar? Há o seu lado bom, mas temos também de ver o ônus dessa expansão, em função do aumento da população que haverá na região. Então, acho que é importante expormos isso dentro de toda essa problemática da discussão de segurança pública, do que estamos pensando na Região Metropolitana do Vale do Aço, o que podemos pensar em termos de prevenção para esse futuro tão próximo aqui no Vale do Aço e o que isso desencadeará daqui a poucos anos.

Acho, assim, importante discutirmos o planejamento, já que temos aqui o Dr. Weber Americano, que foi Secretário de Planejamento em Ipatinga, no governo de João Lamego Neto, e que trouxe grandes benefícios para a nossa cidade na época. Temos de parabenizá-lo. Acho que todos que passaram por aqui têm o seu papel, a sua importância, independentemente do partido, da sua cor partidária. É importante a contribuição que cada administrador já deu aqui à cidade de Ipatinga e a todos os nossos Municípios.

Gostaria de ressaltar aqui a fala do Dr. Rafael sobre a Defensoria Pública. Na semana passada, os Defensores estiveram na Assembleia Legislativa e fizeram um trajeto em cada gabinete dos Deputados. Logo em seguida, Dr. Rafael, foi aprovada na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização uma audiência pública para discutir a questão da Defensoria Pública no Estado. Brevemente iremos marcá-la.

Quero fazer referência também à fala do Dr. Fernando, representante da Polícia Rodoviária Federal. Temos trabalhado muito para resolver essa questão da duplicação.

Com esse requerimento que já assinamos e que foi apresentado aqui, pretendemos dar início à mobilização que precisamos fazer para sensibilizar o governo federal sobre a necessidade da duplicação da BR-381. Não podemos esperar mais. Passou da hora de se fazer a duplicação do trecho norte da BR-381, que vai de Belo Horizonte a Governador Valadares. Impressiona-nos o levantamento estatístico do número de pessoas que morrem ao longo dessa estrada. Nós, que transitamos nela há quase 30 anos, indo e vindo - sou da região de Bom Despacho e hoje, como representante da Assembleia Legislativa no Vale do Aço, preciso passar pela BR-381 por inúmeras vezes -, temos de agradecer a Deus por até hoje não nos ter acontecido nada de grave. Mas a situação é séria e se agrava cada vez mais. Não adianta mandar para a região mais policiais. É importante ter policiamento, mas, sem uma medida mais impactante, que é a duplicação da BR-381, isso não basta. Então, queríamos convidar todos

os senhores para debatermos essa questão. Já realizamos várias audiências públicas, mas é necessária também a sensibilização dos Prefeitos, dos Delegados, de todos os representantes públicos e da nossa sociedade, da nossa população, para discutirmos a questão e até fazer alguma pressão. Talvez precisemos exatamente dessa pressão, como uma marcha a Brasília, envolvendo todos os Municípios e toda a região que abrange o trecho norte da BR-381; poderíamos sensibilizar o governo para que tenha um olhar mais firme para a questão dessa estrada.

Gostaria de dizer ainda que, quando soubemos da realização desta audiência pública em Ipatinga, fizemos questão de convidar várias entidades, pois acho fundamental o papel que elas têm nesta região. Para falar de Ipatinga, que conheço mais, é fundamental o papel das entidades voluntárias, ou melhor, do trabalho voluntário feito em nossa cidade por meio dos movimentos e entidades que trabalham por amor. Quanto isso representa para a segurança pública do nosso Município? Imaginem se não existissem essas entidades e pessoas com a qualidade de doar o seu tempo e de estar à disposição do próximo sem receber um centavo. Isso é o mais importante: agem por amor, é um trabalho de dedicação. Assim, convidamos essas entidades e temos aqui entre nós o Movimento de Mulheres de Ipatinga, aqui representado por sua Presidente, Teresa de Paula. Também como mães fazemos o mesmo apelo; aproveitando a fala do José Geraldo a respeito da morte do seu filho, quero dizer que esse é o sentimento que temos. Não se trata do discurso piegas de que a segurança passa pela

educação, pela saúde e pelo emprego. Não, não é um discurso piegas. É um discurso de amor, de coração, que nós, mães, principalmente, carregamos. Como disse o José Geraldo, a mãe do menino não pôde vir porque iria chorar, pois a mulher é mais sensível para essas coisas. Mas estamos aqui, as mulheres e as entidades, pedindo à Comissão de Segurança Pública, por intermédio do Deputado João Leite, que leve todas essas reivindicações, tudo o que foi posto aqui, para o conhecimento do nosso Estado, para que possamos discutir e trazer melhores soluções para o nosso Município e nossa região. Muito obrigada e um abraço a todos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o próximo inscrito, Ruy Barbosa, do PV. Comunico que neste momento encerramos as inscrições.

O Sr. Ruy Barbosa - Sr. Presidente Deputado João Leite, é com prazer que recebemos e damos as boas-vindas em Ipatinga a esta Comissão da Assembleia Legislativa, para tratar de um tema preocupante para todo o cenário brasileiro, pois não é um problema só de Minas Gerais ou muito menos da região.

Quero abordar rapidamente dois temas que são da esfera federal, mas que têm que passar pela discussão da base da sociedade para que os Deputados Federais entendam o clamor da população no que diz respeito à segurança relacionada à questão criminal. Preocupa-me muito quando se fala na diminuição de penas para o tráfico, ou melhor, para os usuários de droga, quando se defende que a pena deve ser mais branda. Tenho pensamento contrário. Tudo que se vende na

vida é porque existe o comprador. Se não existe comprador para determinado produto, obviamente as pessoas vão deixar de produzir aquilo, têm de produzir outra coisa. Então, o abrandamento permite que se perpetue a desculpa de que vai fazer uso disso ou daquilo porque a pena é mais leve. Assim, o traficante em potencial sempre vai ter essa presa, esse coitado, e a sociedade vai pagar esse preço ainda mais. Então, nesse quesito, gostaria que a Assembleia Legislativa ajudasse o intercâmbio da sociedade com os Deputados Federais para que se discuta essa questão com mais seriedade. A opção é que a droga seja liberada de uma vez para vermos o que vai dar. Mas acho que deveríamos pensar melhor nisso.

Passando para o outro tema, moro em Ipatinga há 35 anos e sei o quanto trabalhamos aqui; o quanto o Brasil produziu nesta região e o quanto essa região produz para o Estado de Minas Gerais, em termos de impostos. Ouço falar na duplicação da BR-381 há 25 ou 30 anos, mas quando é que teremos essa questão resolvida efetivamente? Todos sabemos que uma vida não tem preço, mas podemos contar milhares de pessoas que morreram nessa estrada ao longo do tempo. E onde ficam os impostos que pagamos, o que pagam pelo que estão produzindo a Usiminas, a Cenibra, a Acesita, o operário, o trabalhador, o comerciante? Parece cansativo, mas não podemos parar de questionar enquanto não sair a duplicação dessa estrada. Sei que alguns partidos, como os das Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta, têm trabalhos exaustivos e incessantes em favor dessa duplicação, mas ela não acontece. Concordo com a Deputada quanto à necessidade de

fazermos mais movimentos pacíficos e ordeiros, mas acho que, se preciso, devemos parar esta região, parar este Estado, para que se pense sobre essa duplicação. Também sabemos do custo dessa obra, orçada em torno de R\$300.000.000,00 a R\$500.000.000,00. Será que isso é tanto assim? Será que em tantos anos não produzimos o suficiente nesta região para merecer esse benefício?

Fica aqui o nosso protesto, o nosso registro e o nosso empenho. Parabéns a esta Comissão e aos Deputados. Que o Deputado João Leite, como maior goleiro do Atlético Mineiro, seja também o maior incentivador para que essa obra seja realizada no Vale do Aço. Apesar de ser cruzeirense, tenho de reconhecer o grande goleiro e a grande pessoa que o Deputado é.

O Sr. Presidente - Obrigado, Ruy Barbosa. Você estava indo muito bem, mas, como vocês viram no final, manifestou que tem um defeito, não é mesmo? Já o Presidente Nilton acha que ser cruzeirense é uma qualidade.

Com a palavra, o Vereador César Custódio, a quem agradecemos a cessão da Câmara para a realização desta audiência da Comissão de Segurança Pública.

O Vereador César Custódio - Bom dia, Presidente. Apesar de já ter ficado aborrecido com o João Leite algumas vezes, quando defendeu alguns gols contra o Cruzeiro, como Deputado ele tem-nos dado muita alegria. E um lado compensa o outro. Demais autoridades, senhores e senhoras, bom dia.

Não podemos deixar de destacar alguns avanços que tivemos na área de segurança: a criação dos Conseps, de que já fui Presidente; a participação comunitária efetiva, por meio da polícia comunitária e das pessoas próximas a ela; o projeto Vizinhos Solidários; e o entrosamento das Polícias Civil e Militar. Realmente, são pontos em que houve avanço, mas não podemos nos contentar com isso. Os números comprovam que não estamos tão bem assim nesse aspecto, nobre Deputado.

A própria estrutura com que a polícia conta para trabalhar não é tão boa quanto divulgada. Conheço de perto a situação dos nossos policiais militares e civis e sei que algumas pessoas fazem de tudo para executar o seu trabalho. Às vezes até participam da construção de alguma coisa, em suas horas de folga, para que tenham um ambiente de trabalho melhor. Os Comandantes, os Delegados ou os chefes às vezes não sabem disso, mas há homens comprometidos com a segurança, que fazem de tudo para garanti-la.

Mas queria levantar outros assuntos. Por exemplo, temos em Ipatinga um Ceresp com capacidade para 120 pessoas e que está hoje com 548; o pior é que entre elas há 10 adolescentes, que não poderiam estar lá - são crianças que estão em uma cadeia só para adultos. Em Coronel Fabriciano, pertinho de nós, o Ceresp, também com capacidade para 120 pessoas, está com 320; em Timóteo, com capacidade para 40, está com 168 - não sei o número de crianças nesses lugares, mas deve haver alguma. Por esses exemplos, podemos ver a situação em que estamos nesta região. Falou-se aqui também no FIA e nas Apacs. O FIA
Código do documento: 776732

é algo que buscamos há muito tempo, e peço aos senhores que nos ajudem, com a força política que têm junto ao Estado, para que consigamos isso para a nossa cidade. Mas eu, como militante dos direitos humanos e cristão que sou, tenho certeza de que temos de buscar alternativas anteriores ao FIA e às Apacs; precisamos começar na escola, no pré-primário. Se começarmos a agir com as crianças de hoje, daqui a 30 ou 50 anos teremos a sociedade que queremos.

Um dos avanços que esqueci de destacar é a patrulha escolar, mas antes de termos patrulha escolar deveríamos ter uma formação adequada para que não tivéssemos necessidade nem da patrulha escolar, nem do FIA, nem das Apacs. Se houvesse realmente investimento na educação das nossas crianças, a situação seria diferente. Vejam como várias escolas públicas estão sucateadas. Nós, como conselheiros escolares, às vezes temos de fazer caixinha para conseguir uma melhor qualidade no ensino. O assunto pode não ter muito a ver com a Comissão de Segurança Pública, mas a segurança começa com a educação. Então, que nos ajudem a buscar soluções para que tenhamos uma educação de qualidade.

Voltando à questão do trânsito em Ipatinga, só dentro desta cidade morre em média, por mês, duas ou três pessoas em acidentes fatais. Vimos também os dados relativos à BR-381, que são assustadores. São coisas para as quais precisamos buscar solução, para modificar a situação trágica de nosso Município. O José Geraldo - nosso amigo e colega de infância, que por coincidência mora no mesmo bairro que eu, que, aliás, não é tido como um dos bairros

violentos - expôs o caso de um menino que era estudioso, cristão e participante de grupo de jovens, da Igreja. Toda a comunidade está arrepiada com esse caso, que é lamentável e que, o que é pior, está sem solução. Para refrescar a memória, certa época lançamos na cidade a campanha Cadê Juninho?. Juninho é um menino que foi morto há muitos anos, não sabemos por quem. Só sei que Juninho está sumido e ninguém sabe cadê Juninho. O caso de Juninho, que é só para refrescar nossa memória, já caducou. Mas e quanto ao caso do Bruninho, do Bruno, um menino de 11 anos com várias passagens pela polícia? Ele está sumido há três anos, e ninguém sabe de nada; quem lembra que ele está sumido são só o pai e a mãe, que sentem na pele a sua ausência. Mas é o menino que visitávamos toda semana, nos encontros cristãos, e a quem fizemos de tudo para resgatar. Ele mesmo pedia que o ajudássemos, dizendo que queria sair dessa, mas não tivemos condições de resgatá-lo.

E, assim, vai Juninho, vai Marquinhos. As alternativas que temos aqui são algumas casas de recuperação e ações que existem nas escolas trabalhando a prevenção. Mas elas são muito tímidas e praticamente comunitárias. Não temos uma ação efetiva na prevenção por parte do governo, principalmente estadual. Está ali o Fernando, coordenador de uma das casas de recuperação de nossa cidade, que não me deixa mentir. Ele tem de ficar, de pires na mão, pedindo ajuda para fazer um trabalho voluntário. Ontem alguém me procurou dizendo que queria sair dessa, pedindo ajuda. Para ajudá-lo, temos de fazer uma vaquinha e pagar R\$500,00 por mês para mantê-lo numa casa de

recuperação, porque não há recurso. Eles fazem de tudo, trabalham noites e noites, doam seu trabalho e não têm os recursos.

A minha sugestão é que busquem também, junto ao Estado, recursos para trabalharmos a prevenção. Se assim for, não precisaremos ter correção e Ceresp dessa natureza, nem colocar tantos policiais nas ruas para o famoso trabalho preventivo, que já é corretivo. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Vereador. Com a palavra, Flávio Ferrer. Peço para serem breves, dispensando as saudações, a fim de cumprirmos a audiência até as 13 horas. O Presidente pede licença, pois retoma a reunião às 14 horas e possui outro compromisso. Está liberadíssimo. Muito obrigado.

O Sr. Flávio Ferrer - Nobre Deputado, boa-tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa de V. Exa., cruzeirense de coração, e também nas pessoas das nossas guerreiras, Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis.

Queremos ser breves, mas acho que tem que se mudar um pouco a estrutura de organização de uma audiência pública. Numa sugestão construtiva, falam muitas autoridades e pouco se ouve da comunidade.

Meu nome é Flávio, sou Vice-Presidente do Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Social e corretor de seguros. Vim de Belo Horizonte ontem, de 23h30min às 2h30min. Faço um curso toda segunda-feira.

Nobre patrulheiro Fernando César, venho à noite também para estudar a estrada. Primeiro ponto: caminhões são bitrens e têm um

horário X para andar. E estão movimentando. Segundo ponto: sei do déficit do número de policiais. Nobre patrulheiro, falamos isso numa reunião do Igesto. Quem leu o "Estado de Minas" viu isso no domingo. Existe a faixa de domínio público. Em Ipatinga, por exemplo, há uma faixa que é da Polícia Rodoviária Estadual, e existem algumas faixas que são de jurisdição da Polícia Rodoviária Federal. A invasão desse domínio está num questionamento, que está nas mãos do Juiz Federal.

Queria saber em que ponto está isso, porque, no Bairro Caravelas, na entrada de Ipatinga, há uma situação análoga à que aconteceu em Belo Horizonte na entrada do viaduto da região de Sabará. Há repercussão disso no "Estado de Minas" de domingo. Essa situação cria bolsões. Também quero ter um espaço ali, um metro quadrado que é tão caro em Ipatinga, para mexer com uma atividade.

Nobres Deputados, o que há de concreto? A justiça tem de ser feita. Conhecemos o Orçamento. O orçamento da Defensoria Pública em Minas Gerais é gozação. Todos nós conhecemos a maioria dessas histórias. As lideranças aqui são figurinhas carimbadas. Não se faz justiça social neste país se não houver a Defensoria. Pagar advogado fica caro.

Nobre Rafael Boechat, você se lembra que lhe falei sobre a projeção da relação de déficit de número de advogados naquela audiência pública? No ano que vem, virão 150 para cá, e quantos vêm para o Vale do Aço? Poucos. Então trabalhem isso melhor. Acredito que atingiremos o ápice só em 2057. Então, nobres Deputados, mexam no Orçamento. Há uma PEC em âmbito federal para mudar a estrutura na

legislação e votar alguns termos. Qual é o nome do Distrito Federal? Precisamos legislar a questão de trânsito em nosso Estado. É brincadeira.

Nobre Deputada, graças a Deus vencemos a questão da ANTT, que já acabou. O nobre Deputado Alexandre Silveira conseguiu, já foi assinado pelo projeto executivo, e os estudos serão desenvolvidos até julho do ano que vem. Existe um questionamento se é de Belo Horizonte até Belo Oriente, 250km, ou se será em Valadares.

Há outra coisa muito importante que quero falar. Poucos leem jornais, mas alguns chatos leem. Nobre Delegado Lourival, falo aqui como jurado de Ipatinga. Respeito a pessoa e o trabalho do nobre Delegado Edson Moreira, Chefe do Departamento de Investigações, que fez uma manifestação no jornal quanto a quatro julgamentos de rapazes que assassinaram uma menina em Belo Horizonte. Devido a erro do inquérito, ele fez um comentário, acredito, muito infeliz. O corpo de jurados é composto de sete pessoas leigas. Acho que ele deveria referendar que, como existe banda podre na polícia e em todas as instituições, também existe gente boa. Nós, jurados, largamos nossa família, e muitos que dedicam seu tempo ali são autônomos. Então que ele reveja a sua opinião. Não tenho nada contra a sua pessoa e não o conheço, mas uma atitude dessa de um líder, de uma pessoa que está ali na frente, cria uma situação desagradável. Então que o Tribunal de sentença mude o "modus operandi" de julgar uma pessoa, passando por reforma.

Desculpe eu ter de falar, mas outra coisa importante é que existe a PEC nº 300, em âmbito nacional, para igualar o salário da polícia. Em Minas Gerais, o policial recebe X no Rio de Janeiro, é mais gozação ainda; vamos parar. Agente de Trânsito de Brasília, no contexto da qualidade de vida, recebe R\$7.000,00; um policial ou Soldado no Piauí recebe R\$3.000,00. O Governador tem o limite de 46% de gasto corrente do Estado para pagamento e aumento de salário. Como será feito isso no ano que vem? Esperará o aumento de renda? Precisamos que os policiais sejam mais bem-preparados e pagos. Preparados eles estão sendo. A duração do curso era de 18 meses, caiu para 12. Então vamos rever isso.

Quero pedir outra coisa, como corretor de seguros nesta cidade. Vocês um dia terão uma experiência como essa. Dou a seguinte sugestão: o instrumento de fé pública em que o Estado é acionado na sua inércia para legalizar um conflito particular chama-se boletim de ocorrência. Há déficit da Polícia Rodoviária Federal. Quando há uma batida, preciso de um bendito documento chamado ocorrência policial. Duas partes estão envolvidas nesse processo: a vítima e o réu, na batida.

Como o José Rosa, vocês também podem ver. É preciso criar, na estrutura da polícia administrativa do Estado, um órgão ou uma instituição que seja desvinculada da polícia, embora dentro do processo evolutivo das questões e das necessidades que são atendidas. Em Ipatinga há uma viatura, a Patran, para fazer uma ocorrência

policial, e uma moto. Você desloca um policial para se lavrar um BO, e, pelo déficit policial, é difícil a pessoa ser atendida.

Concluindo, nobre Deputado - V. Exa. suspira -, faça uma análise, porque sei o que dói deslocar um policial da Polícia Rodoviária Federal para fazer uma ocorrência policial. Quando o policial chega com uma sobrecarga de serviço e fala na cara do cidadão que a polícia devia ser cobrada para fazer isso, eu lhe digo que o art. 144 da Constituição diz isto e isto. Cite um Estado em que nobres Deputados legislam e dão uma nova situação e um novo órgão ao qual podemos recorrer para fazermos um BO. O nível de consciência do brasileiro é pequeno ainda para levar uma situação particular.

Quero pedir outra coisa. Só um momento, Deputado.

O Sr. Presidente - Por favor, temos mais quatro pessoas inscritas para falar.

O Sr. Flávio Ferrer - A reunião começou às 10 horas, e todas as autoridades falaram até as 12h15min.

O Sr. Presidente - Não só as autoridades falaram, a representante do Consep também falou, falaram todos. A Deputada Rosângela Reis está aguardando para falar, assim como todos os Delegados.

O Sr. Flávio Ferrer - Última coisa se chama transparência da verba indenizatória. Acho que a sociedade merece uma um pouco melhor, embora tenham os prazos de 60, 90 dias. Consigam mais para a gente, pois precisamos disso. Precisamos de exemplo.

O Sr. Presidente - A prestação de contas das verbas indenizatórias se encontram na internet, e todos têm acesso a elas.

Com a palavra, o Pastor Wagner Bretas, do Projeto de Deus da Associação Águas Novas.

O Pastor Wagner Bretas - Cumprimento todos da Mesa e o Deputado João Leite, Presidente. Procurarei ser o mais breve possível. Agradeço a oportunidade. Sabemos que a segurança pública precisa trabalhar pelo menos em quatro esferas: prevenção, que já foi citada, repreensão, recuperação e ressocialização. Gostaríamos que fossem dadas a devida atenção a cada uma dessas esferas. Falamos muito em prevenção, e acredito ainda que estamos bem aquém das necessidades da prevenção, até mesmo quanto à conscientização da sociedade. Destacamos também a necessidade da maior parceria dos poderes de governo com a sociedade civil, por meio das ONGs citadas pela Deputada Cecília Ferramenta, que são parceiras fortes, principalmente quando trabalhamos com a recuperação. Venho representar as entidades que trabalham com a recuperação. A Deputada citou os voluntários, essas pessoas que têm doado a vida e até a última gota do seu sangue e da sua possibilidade de ajudar alguém a sair das drogas e da dependência. Sabemos que essa é uma realidade, não só na nossa cidade, mas no Brasil e no mundo. Estamos aí com os problemas do vício em tóxicos, como o "crack", que tem atingido as famílias e destruído a sociedade. Queremos implementar todo um processo para que haja segurança. Se não trabalharmos na repreensão, na recuperação e na ressocialização dessas pessoas, empurraremos essa

Código do documento: 776732

situação até ela bater em nossa casa. Quando bate na nossa casa, na nossa porta, na nossa família, nós sentimos. Sabemos o quanto dói para uma família ver o seu filho assim. Quantos outros terão a mesma dor desse pai que aqui pronunciou a respeito da morte do seu filho.

Venho pedir a esta Comissão que o trabalho seja efetivo tanto na prevenção quanto na repressão, como equipamentos das polícias e a duplicação da estrada, que é muito bom. Mas vamos duplicar também a via de comunicação com as ONGs, as entidades que estão preocupadas e envolvidas.

Estão aqui vários representantes, o Fernando e tantos outros, como nós também, da Associação Água Viva, que representa a entidade de recuperação de viciados. Queremos uma maior comunicação e um canal de comunicação mais aberto com essas entidades, para que possamos, juntos, com o maior apoio do Executivo e do Legislativo, desenvolvermos esse projeto.

Agradeço a oportunidade, Deputado. Mesmo muitos desacreditando neste momento, sabemos que ele é importantíssimo para a nossa cidade. Acredito que as possibilidades virão e que novas oportunidades surgirão a partir deste encontro. Muito obrigado, Deus abençoe a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado, Pastor Wagner.

Maria Celeste, da coordenação do Fórum de Organização dos Conselhos do Leste Mineiro. Fernando Januário, da Associação Comunidade Terapêutica Rios de Água Viva.

O Sr. Fernando Januário - Boa-tarde, Sr. Presidente. Inicio a minha fala dizendo que, em 2/4/93, eu era Secretário desta Câmara. Nos dois anos seguintes, fui Vice-Presidente da Câmara.

Deus me chamou para uma missão: fundar uma comunidade terapêutica que trabalhasse com a dependência química, de álcool e de droga. Quando era professor e Diretor de Escola, vários alunos chegavam à minha sala, e íamos detectando que era a droga que estava crescendo na nossa Ipatinga. Fundamos a Comunidade Terapêutica Rios de Água Viva no local onde funcionava a antiga Escola Estadual Santiago d'Antas. Transformamos essa escola precária em uma comunidade terapêutica, que atende a todos os itens da Resolução nº 101 da Vigilância Sanitária. Mais de 15 mil dependentes químicos passaram por nossa comunidade terapêutica, e hoje ela tem 84 dependentes de álcool, drogas e, sobretudo, "crack". Craque, como o senhor bem sabe, é só no futebol.

Sr. Presidente, venho aqui fazer uma moção de repúdio, porque até hoje a Rios de Água Viva não teve nenhum convênio nem ajuda de ninguém, e, a trancos e barrancos, a comunidade ainda existe e tem salvado vidas. Por lá já passou filho de Juiz, já passaram Vereador, Delegado, todos os segmentos da sociedade fazendo tratamento. Já passaram funcionários, e funcionários da Usiminas com 22 anos de trabalho, que estavam perdendo o emprego e sendo desintegrados da sociedade e da família. E a Rios de Água Viva existe. Hoje, com a ajuda dos voluntários, transformamos a Rios de Água Viva em um palácio. O senhor pode ir lá conhecer, porque sou

Secretário do Conselho Municipal de Entorpecentes e Delegado Antidrogas nas conferências em Minas Gerais, e a nossa comunidade é a 3ª em Minas no índice de sobriedade.

Sr. Presidente, construímos a Rios de Água Viva, e o nosso Delegado, Dr. Walter do Rosário Souza Felisberto, Chefe do 12º Departamento da Polícia Civil, tem-me pressionado para entregar a área. No início deste ano, recebi uma intimação - intimação! - para ir à delegacia depor. Não fui no período marcado porque estava atendendo a um caso de abstinência do "crack", comprovada pelo Hospital Márcio Cunha da nossa cidade. Ele mandou intimar-me novamente, a ponto de eu precisar ser escoltado para a delegacia. Eu fui e fiz o relato da Rios de Água Viva. E ele quer a área para a Polícia Civil. Depois de uns dois meses, chegou uma correspondência, dando-me 30 dias de prazo para desocupar a Comunidade Terapêutica Rios de Água Viva. Ignorei-a, e na sexta-feira chegou um documento. (- Lê:) "A fim de instruir expediente em trâmite nesse departamento, solicito a V. Sa. relação atualizada dos internos em tratamento nessa casa de recuperação". Vou responder-lhe hoje, e conto com as autoridades, e não só da nossa Ipatinga mas de toda a região, porque o nosso projeto é de vidas salvando vidas. Sou Diretor de Escola aposentado, não vi minha família crescer, vivi e dou a minha vida, quis ser como São Paulo e atender ao pedido de Jesus, vidas salvando vidas, sempre pronto para combater o bom combate. Hoje, ao lado da delegacia de polícia, encontram-se 84 dependentes em tratamento. Como disse, não temos convênio, mas uma equipe médica de quase todos os

médicos da nossa Ipatinga, médicos renomados. O Hospital Márcio Cunha dá-nos total apoio. A alimentação do jantar é dada pela Usiminas. Se não fosse a Deputada Cecília Ferramenta, nossa casa teria sido fechada no início do ano. Se não fosse a emenda parlamentar que ela fez, para pagar a dívida que o ex-Prefeito nos mandou fazer para colocar a comunidade de acordo com a Resolução nº 101 da Vigilância Sanitária, a comunidade teria deixado de existir.

Segurança pública é arregaçar as mangas e não procurar o que fazer, mas combater o que já existe, e a droga está na porta da nossa casa. Aliás, enviei um ofício ao Prefeito solicitando misericórdia para fazer o convênio conosco. Ontem, um dependente químico de "crack" deu-me um abraço, e a dependência do "crack", na hora da fissura, na hora que ele quer, dura 20 minutos. Eu cheguei a ficar com dor no peito, de tanto que ele me abraçava, pedindo: "me dá só um traguinho, que eu fico". É uma luta entre o bem e o mal, e a sociedade está aí, querendo um espaço para fazer carteira de habilitação, para emplacar carro, para atender Polícia Civil, para atender à chegada de preso.

Queria que os senhores e as senhoras, autoridades aqui presentes, ajudassem-nos a combater esse combate. Achei um absurdo eu receber um ofício me dando 30 dias para desocupar a área. Como eu disse, era Vice-Presidente da Câmara na época, fui a Belo Horizonte e consegui essa área do Estado para fundar uma comunidade terapêutica. Nós temos documento, fui eu que redigi o ofício, com o apoio do Dr. Inácio, Delegado na época, que assinou comigo para conseguir a área.

Mas, para conseguir, era preciso vincular a alguma Secretaria. Como o Dr. Inácio era nosso voluntário - ainda o é e nos ajuda -, pedi à Secretaria de Segurança Pública. Mas esse prédio era da Secretaria de Estado de Educação. Pedi a vinculação para conseguir montar a comunidade terapêutica. Quero que essa justiça se faça, porque não se fecha escola, e a Rios de Água Viva é escola da vida. Não se fecha escola para atender a chegada de presos. Lá eles já estão presos. Trabalhamos em parceria, e tiro o chapéu para as Polícias Civil e Militar, que nos ajudam. Mas, infelizmente, deve ser feita justiça com essa área. Obrigado e contamos com o apoio de todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, a Deputada Cecília Ferramenta.

A Deputada Cecília Ferramenta - Pedi a palavra para reforçar a fala do Sr. Fernando Januário. Penso que o que fazemos deve ser exposto. No ano passado, repassamos para essa entidade, que iria fechar, R\$155.000,00 da emenda parlamentar. Neste ano, a entidade foi contemplada com R\$300.000,00 para a compra de um terreno em Coronel Fabriciano, para a expansão da entidade. É bom dizer que é para a expansão da entidade, não significa que a entidade sairá desse local. Estive também com o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, falando-lhe a respeito desse pedido para a desocupação da área, e ele me disse que a entidade poderia ficar tranquila, pois isso não iria ocorrer. Foi o que ele me disse. Então, Fernando, devemos expor as coisas que já providenciamos. Obrigada.

O Sr. Fernando Januário - Gostaria de apenas mais 1 minuto, para dizer que fechamos com a Secretaria Antidrogas de Belo Horizonte um convênio para atender somente usuários de "crack", pois temos uma equipe multidisciplinar de voluntários já habilitada para atender apenas esse usuário. Fechamos esse convênio ontem. E quero dizer que existem 48 dependentes químicos na espera pelo atendimento. Não quis mencionar esse valor da área já adquirida, para não acomodar a sociedade de Ipatinga, pois lá deverá ser extensão. O usuário fica três meses aqui para adaptação e desintoxicação, cuidando do que foi estragado pelo uso e abuso da substância química, e lá será feito o prolongamento do tratamento, que é a base da espiritualidade, do trabalho e da disciplina.

Quero pedir ao nosso Secretário de Governo que tenha misericórdia da Rios de Água Viva neste governo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Anderson Franco.

O Secretário Anderson Franco. - Fernando, parabéns; quero reunir-me com você hoje ainda. Estou tomando conhecimento desse fato agora, e conversaremos com o Dr. Walter. Como mencionei anteriormente, nossa parceria com as Polícias Civil e Militar na cidade é constante, e tentaremos encontrar uma solução, porque a Rios de Água Viva é um patrimônio da cidade, faz um trabalho incontestável, um trabalho humanitário, o qual não abriremos mão de defender em hipótese alguma. Como disse anteriormente, o governo do Prefeito Robson Gomes, de pronto, não se furta às questões de segurança na cidade, e essa também é uma questão de segurança. O Código do documento: 776732

trabalho de vocês é uma questão quase divina, onde se lida com vida e morte, um trabalho voluntário que é exemplo para todos nós. Você trabalha por essa entidade, isso não é uma questão política ou partidária, mas humanitária. Estaremos juntos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Cecília Ferramenta.

A Deputada Cecília Ferramenta - Gostaria que o Secretário Anderson Franco realmente levasse ao Prefeito essa questão. Em muitos momentos, foi discutido, sim, o convênio com a Rios de Água Viva. Mas foi condicionado - "condicionado" - por questões partidárias. Espero que dessa vez o Prefeito realmente cumpra o seu papel, o papel de não partidarizar a sua administração. (- Manifestação nas galerias.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Eustáquio Oliveira, Presidente da Adef.

O Secretário Anderson Franco - Desculpem-me ter de voltar à tribuna. Penso que a Deputada se exaltou um pouco.

A Deputada Cecília Ferramenta - Estou falando a verdade.

O Secretário Anderson Franco - Levarei a questão. O debate está sendo mantido em alto nível. Ontem mesmo o Fernando me procurou e lhe retornei a ligação, mas não consegui falar com ele. Deputada, a senhora deveria se informar melhor sobre as ações que o governo tem desenvolvido na cidade.

A Deputada Cecília Ferramenta - Estou muito bem-informada.

O Secretário Anderson Franco - Quero dizer que, se a senhora nos procurar... (- É interrompido.)

O **Sr. Presidente** - Obrigado, Anderson. Queria que não houvesse manifestação, pois a palavra está com o Sr. Eustáquio Oliveira. Portanto está com a palavra o Sr. Eustáquio Oliveira.

O **Sr. Eustáquio Oliveira** - Iria dar um bom-dia, mas vou dar uma boa-tarde. Vamos quebrar esse clima e pedir ao Papai do Céu que ilumine a comissão e o trabalho de todos, para que possamos ser coerentes, condizentes, verdadeiros, e que possamos pensar um pouco mais nas outras pessoas que em nós mesmos. Isso é fundamental.

Cumprimento a Mesa e a todos nas pessoas do Deputado e da Deputada Maria Tereza - é muito bom revê-la, pois sou fruto de Betim e Contagem, cresci em São Luiz de Petrolândia.

É normal esperar que uma pessoa com deficiência fale sobre deficiência. E eu acredito que todos estão esperando isso, é mais que coerente. Mas vamos fazer um recorte diferente, e não vou falar sobre deficiência, porque da deficiência não se fala, vive-se.

Segurança pública é o nosso assunto. Comungo muito com o Dr. Rafael, e também com muita coisa que foi dita aqui, que deve ser pensada, analisada e refletida. Porém temos de fazer um recorte muito importante nessa questão, pois uma coisa é pensar no agora, mas temos de pensar no futuro. E é importante pensar na criança carente, no pequenino, pois ele é o adulto de amanhã. Ele é o adulto do amanhã. Isso foi abordado, mas esse recorte deve sair daqui muito bem claro para todos vocês, os profissionais que trabalharão com isso, os responsáveis pelo nosso futuro. Deve ser bem claro porque precisamos de maior visibilidade. Prestem bem atenção nessa palavra:

visibilidade. Maior visibilidade, e não só nos grandes Centros. Vamos sair das grandes cidades, vamos para as pequenas cidades, vamos adentrar o nosso interior. Essa visibilidade para as crianças, para o pequenino, para o carente.

Por que estou frisando isso? Precisamos de ações específicas em nossa região. Ações afirmativas, proativas, e não reativas. Desculpe-me, nobre amigo, mas você teve uma ação reativa.

Discutir uma questão ou uma reação, não vale a pena. Temos de pensar não no que foi no passado, mas sim o que poderemos fazer de concreto, daqui para a frente, com o que aprendemos no passado. Essas ações proativas e afirmativas são importantes para o menor, para a criança carente, para aquele pequenino ali, porque ele é o homem de amanhã. Ele é o cidadão. Todas as questões abordadas são fundamentais e essenciais, mas tudo é reativo, tudo é emergente, tudo é bomba que está explodindo. Temos de pensar muito nisso. Isso, para nós, que somos pessoas com deficiência, é fundamental. Preparar o cidadão do futuro também é segurança pública, principalmente quando trabalhamos com criança, fese em que há a formação do caráter e da consciência do cidadão. Nas regiões onde temos os maiores índices, onde acontecem os casos, onde há proporção para maiores incidências, essas crianças têm de ser trabalhadas.

Concluindo, assim, no futuro, os índices de criminalidade serão diferentes. E teremos um número menor de pessoas com deficiência, vítimas da violência e da falta de segurança.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Eustáquio. Registro e agradeço muito a presença da Maria Geralda, do Consep do Horto. Muito obrigado, Maria Geralda. Com a palavra, a Deputada Rosângela Reis, que aguardou pacientemente.

A Deputada Rosângela Reis - Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente desta Comissão tão importante que discute assuntos relevantes na Assembléia Legislativa, na pessoa de quem quero saudar todos os integrantes da Mesa; meus respeitos aos Deputados que chegaram aqui e convidados; saúdo as autoridades presentes, os Delegados, os Vereadores na pessoa da Maria do Amparo; saúdo cada autoridade e representante do Consep que estão aqui. Quero dizer que esta Casa é fórum de debate, onde há momentos de discussões e de reflexões.

Não quero ser redundante nas minhas palavras, mas quero fazer algumas colocações importantes sobre o quanto avançamos na segurança pública, que é um assunto tão complexo, importante e amplo, que nos preocupa e está muito próximo de nós e nos envolve. A segurança pública está nas nossas casas, nas escolas, no nosso trabalho, na nossa cidade e a todo momento nas estradas como foi colocado aqui. Temos o dever, como parlamentar, de fazer com que chegue às autoridades do Estado os nossos problemas e possamos trazer os benefícios para a nossa região e defendê-la.

Houve avanços, como a vinda de viaturas, equipamentos e de Delegados agora recentemente. Houve uma melhora com 16 Delegados. Alguns Municípios estão se sentindo presenteados e mais seguros com a
Código do documento: 776732

presença dos Delegados. Houve a integração das polícias, o que é importante, e a descentralização do órgão da Secretaria para que viesse para cá um departamento. Isso tudo são avanços. Há dois anos, discutimos também nesta Casa a segurança pública, época em que o Presidente era o Deputado Paulo César, hoje Prefeito.

Algumas coisas vêm se repetindo. Estamos batendo na mesma tecla para a construção de uma Risp aqui e para melhorarmos o nosso IML, que foi construído pelo Rotary na década de 70. Se a Vigilância Sanitária for lá, ela fecha o IML. Isso, para nós, é um atraso, porque, naquele espaço, há vários outros serviços como exames para crianças que são abusadas sexualmente e para mulheres que sofrem atos de violência. Esse trabalho é impossível de ser feito naquele local. Deputado João Leite, aqui na região, estamos sofrendo mesmo com esse problema. Há um requerimento nosso nesse sentido. Esta Comissão, pela força que possui, está fazendo um trabalho importante junto a mim e à Deputada Cecília Ferramenta, para que possamos realmente conseguir um Instituto Médico Legal digno para a população da região, que engloba muitos Municípios - parece-me que são 33 - que dependem da estrutura do IML. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381 na Assembléia Legislativa, junto aos Deputados, iniciamos na área social um movimento, ou melhor, houve até a organização de vários movimentos sociais para que iniciássemos as mobilizações no entorno da BR-381. Chegamos a encaminhar ao Ministério Público Federal pedidos de sinalização para aquela BR. Reivindicamos também a duplicação da 381, cuja justificativa o Dr.

Walter colocou aqui com muita propriedade. Para nós, isso também é muito importante. Através dessas mobilizações, foram feitas as instalações das frentes parlamentares municipais nas câmaras municipais, onde foram coletadas assinaturas. Agora estamos na iminência de uma agenda com a Ministra Dilma Rousseff. Vários pedidos foram feitos para a entrega dos abaixo-assinados, mas até agora não fomos atendidos. O número de assinatura neles, acredito, está aproximando-se de 100 mil. Para nós, é importante que façamos chegar à Ministra essa solicitação. Gostaria que a Comissão também nos ajudasse e fosse intermediário nessa agenda com a Ministra Dilma Rousseff.

Temos ainda a construção do Centro de Internação dos Adolescentes que foi tratado também o assunto na época. É importante ter a construção desse centro, da Apac e da Promotoria da Infância e da Adolescência que trabalhamos junto ao projeto de lei e através de emenda para que pudesse constar a criação da Promotoria da Infância e da Adolescência. Agora estamos na iminência da instalação dessa Promotoria, que se faz necessária.

Precisamos avançar ainda mais. Vemos e reconhecemos o trabalho que o Estado tem realizado, mas temos de trabalhar muito. Somos sempre bem recebidos na Secretaria de Defesa Social. Precisamos não ser apenas bem recebidos, mas que sejam atendidos os encaminhamentos das nossas demandas. Está presente o Weber Americano, que também se preocupa com a violência nos Municípios vizinhos da nossa cidade-referência, da nossa cidade-metrópole, que é Ipatinga.

Nós nos preocupamos e muito. Também está aí o Fernando, que faz um belíssimo trabalho social na instituição, recuperando e ressocializando os dependentes químicos. A interiorização das drogas traz a violência e precisa ser evitada. Estamos vendo menores adolescentes que a polícia tem apanhado com 5 quilos de maconha. A polícia tem feito um trabalho importante, cumprindo o seu papel, mas estamos vendo aqui um foco preocupante do crescimento dos índices de violência. Tudo que pudermos fazer ainda é pouco para que possamos ter uma sociedade cada vez melhor e mais digna para se viver. Não estamos aqui só de passagem. Outros virão para dar continuação ao nosso trabalho. Esperamos fazer juntos essa sociedade que nós realmente queremos. Muito obrigada, Deputado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputada. Com a palavra, o Deputado Rômulo Veneroso.

O Deputado Rômulo Veneroso - Uma boa tarde a todos. Cumprimento toda a comunidade aqui presente neste momento importante. Quero ressaltar a nossa alegria de participar, pela sexta vez, desta reunião, percorrendo as 17 regiões que foram subdivididas no Estado. Quero parabenizar a comunidade de Ipatinga e região por essa participação. O objetivo está sendo alcançado em todas as nossas reuniões, porque percebe-se integração entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Prefeitos, Vereadores, Promotores e todos os segmentos de defesa social, principalmente da sociedade organizada, a exemplo dos Conseps, associações e entidades representativas desta cidade.

Sr. Presidente, mais uma vez eu saio daqui hoje muito feliz por estar participando e vivenciando este momento rico de discussão e de informações, que ocasionou em mais de 10 requerimentos que já foram assinados. Tenho certeza de que o nosso dever agora é encaminhar aos órgãos competentes, buscando sim soluções apresentadas pela comunidade aqui.

Quero ressaltar a importância de Ipatinga e da região nos contextos mineiro e nacional. Parabêniso e ressalto ainda a presença de duas mulheres representando vocês na Assembleia Legislativa, as Deputadas Cecília Ferramenta e Rosângela Reis, que faz parte do meu partido, o PV. Quero parabenizá-las pelo grande trabalho que vêm realizando à frente da Assembleia, em defesa principalmente do Vale do Aço. Percebemos essa garra e essa vontade de vocês de trazerem resultados. Parabêniso ainda a Deputada Maria Tereza Lara, que também faz parte desta Comissão de Segurança Pública juntamente com o Deputado João Leite, pelo trabalho que vem fazendo à frente da Comissão.

Fica aqui o nosso compromisso. A partir de agora, diante dos requerimentos apresentados que, tenho certeza, serão aprovados, encaminharemos e trabalharemos todas as questões importantes que foram colocadas, os problemas do trânsito, da 381, das drogas, da juventude e todas as questões que foram abordadas nessa manhã e tarde de hoje. Fica aqui ressaltado o nosso compromisso com vocês. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Rômulo Veneroso.

Sobre a mesa requerimentos assinados pelos Deputados João Leite, Cecília Ferramenta, Rômulo Veneroso, Rosângela Reis e Maria Tereza Lara. O primeiro requerimento é para que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Educação pedido de formação de uma parceria com o objetivo de levar o Programa de Erradicação das Drogas - Proerd -, coordenado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, a todas as escolas do Sistema Estadual de Ensino, tendo em vista a sua relevância para a defesa social e a importância de sua extensão a todas as escolas.

O outro requerimento é para que seja encaminhado ofício ao Procurador-Geral de Justiça solicitando-lhe a implantação de uma promotoria da infância e juventude na Comarca de Ipatinga, uma vez que a mesma será de grande importância para atendimento à população infanto-juvenil daquela região.

Que seja realizada visita desta Comissão à Ministra de Estado da Casa Civil, com a finalidade de reivindicar junto a S. Exa. duplicação da BR-381 - trecho Belo Horizonte-Governador Valadares - entregando-lhe abaixo-assinado com a mesma reivindicação.

Que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a construção de um novo prédio para funcionamento do Instituto Médico Legal em Ipatinga, já que o atual opera em precárias condições.

Que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe providências para construção da sede da 12ª Região

Integrada de Segurança Pública em Ipatinga, uma vez que tal estrutura física ainda inexistente embora possua importância estratégica para a segurança pública na região.

Que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social solicitando-lhe a criação de uma companhia independente da Polícia Militar em Coronel Fabriciano, como medida de aperfeiçoamento da organização do Sistema de Defesa Social na região do Vale do Aço.

Que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para viabilizar a implantação de uma Apac na Comarca de Ipatinga, já que se trata de medida fundamental para a defesa social na região assinalada, a qual todavia vem sendo protelada com prejuízos para a sociedade.

Que seja oficiado ao Ministro de Estado dos Transportes e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT -, pedido de providências para duplicação da BR-381 no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares.

Que seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe aumentar o quadro de pessoal da Polícia Civil na 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que o efetivo daquela corporação na região é insuficiente para a demanda.

Que seja enviado ofício ao Ministro de Estado da Justiça e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, solicitando-lhes aumentar o quadro de pessoal da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Minas Gerais, especialmente na área abrangida

pela 6ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista que há carência de pessoal em face de uma demanda crescente.

Que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social, solicitando-lhe a implantação de um centro de internação do adolescente na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, sediada em Ipatinga, destinado à aplicação de medidas socioeducativas, uma vez que não há tal serviço naquela região.

Que seja oficiado ao Defensor-Chefe da Defensoria Pública, solicitando-lhe aumento do quadro de pessoal daquele órgão para atendimento a todas as comarcas situadas na área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, uma vez que a quantidade de Defensores Públicos presentes na mencionada região é insuficiente para atender à população necessitada.

Que seja oficiado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para criação de uma divisão especializada de repressão a crimes ambientais para atendimento à área da 12ª Região Integrada de Segurança Pública, tendo em vista que lá há dois importantes parques florestais de bacias hidrográficas e de exploração mineral, entre outras questões que justificam a implantação da unidade mencionada, cujo projeto de criação já se encontra sob análise na Secretaria de Estado Defesa Social.

Agradecemos ao Dr. Wladimir, Consultor da Comissão de Segurança Pública, pela feitura dos requerimentos, e à Daniela, que está presente e sempre nos ajudando.

Em votação, os requerimentos, cada um por sua vez. As Deputadas e os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovados os requerimentos.

Passo a palavra ao Cel. Henrique e depois ao Dr. Lourival para suas manifestações finais. Primeiramente, indagarei ao Cel. Henrique sobre as áreas integradas de segurança pública que temos nessa região. Gostaria de saber quantas são e onde estão localizadas.

O Cel. Geraldo Henrique Guimarães da Silva - Rapidamente tentarei abordar alguns temas discutidos aqui referentes à Polícia Militar.

Sobre a expansão da Usiminas, já posso dizer que, por parte da Polícia militar, há um planejamento que contempla essa situação, inclusive com a criação de uma companhia de recobrimento.

O Sr. Presidente - No GEP estão conversando sobre isso?

O Cel. Geraldo Henrique Guimarães da Silva - Sim. Já temos reuniões de GEPs há mais de um ano. Claro que não dá para detalhar isso aqui, mas há um planejamento a respeito disso.

Falaram aqui sobre documentos de motocicletas doadas. Elas estão paradas em Belo Horizonte, mas assumo o compromisso de cuidar disso pessoalmente junto à Diretoria de Apoio Logístico.

Gostaria de dizer ao Vereador Custódio que, na verdade, temos avanços consideráveis na área de segurança. Obviamente, pensando de maneira clara, temos avanços e desafios, mas também progressos muito significativos.

Sobre a inserção do Proerd no currículo escolar, o que existe hoje é uma incapacidade da Polícia Militar de atender todas as escolas. Temos de selecionar os policiais e formar os que serão os instrutores. O nosso sonho de consumo é estender o Proerd a 100% das escolas na 12ª Risp, como também o JCC, Jovens Construindo a Cidadania.

As áreas integradas de segurança estão sendo instaladas gradativamente. Já temos duas instaladas hoje em Ipatinga e, progressivamente, instalaremos essas áreas em todos os setores. Porém, a filosofia de integração já está presente em todas as 97 cidades que compõem a 12ª Risp. Muito obrigado pela oportunidade. Saúdo a todos os presentes.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Lourival Silva Pereira.

O Delegado Lourival Silva Pereira - Em nome do Dr. Walter Felisberto, Chefe do 12º Departamento, agradeço a oportunidade de estar participando desta importante audiência.

Em rápidas palavras, gostaria de dizer que o 12º Departamento tem 98 cidades sob sua área de circunscrição, o que corresponde a uma média de 30.000Km de rodovias, sendo três rodovias federais, as BRs 381, 262 e 116. Trata-se de um ponto estratégico em razão da divisa com dois Estados: Rio de Janeiro e Espírito Santo. Sendo assim, é um dos maiores departamentos do Estado, se não me engano, é o segundo em termos de área abrangida. São seis regionais, começando por Ponte Nova, Itabira, João Monlevade, Caratinga,

Ipatinga e Manhuaçu. O requerimento quanto ao quadro de pessoal é muito próprio, realmente é preciso olhar para esse aspecto porque a área é muito grande e a carência de pessoal é patente. Atualmente temos em torno de 300 funcionários. Esse número de policiais civis em toda a área é muito pouco.

Não tenho em mãos procuração nem é o momento para contestar ou propriamente debater, mas quanto ao caso do Fernando, ressalto que a Polícia Civil e o próprio Dr. Walter Felisberto em momento algum questionam o belíssimo trabalho feito lá, nesse prédio que ocupa atualmente. Não sei a fundo o que está ocorrendo lá, mas as informações contidas em sua documentação comprovam que o prédio é da Polícia Civil, e ela também precisa expandir-se para atender bem à região. O que se está procurando é reaver o imóvel. É evidente que isso será tratado. Se as partes não resolverem a questão, a solução virá pelas vias legais, sem nenhum problema. Caso seja necessário, a palavra final será da justiça. Ressalto que, em momento algum, o Dr. Walter questiona, tenta diminuir ou desmerecer o belo trabalho feito lá em prol da segurança pública de toda a sociedade.

Para finalizar, gostaria de dizer que o 12º Departamento está sempre às ordens para o que for encaminhado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dr. Lourival. De acordo com o que disse o nosso inspetor, a BR-474, que vai de Caratinga a Aimorés, está dentro da circunscrição. Essa rodovia está dentro da circunscrição também, não é mesmo, Cel. Henrique? O senhor esqueceu-se dela.

Fernando, de acordo com a Deputada Cecília Ferramenta, entendemos que estava contemplado. Isto é, está bem encaminhado com o Dr. Maurício a questão da permanência do imóvel com a entidade, por isso não fizemos o requerimento, já que temos a palavra do Secretário de que o imóvel permaneceria com a entidade. Por essa razão é que não fizemos.

Agradeço a todos os presentes, em especial, à comunidade e às entidades que vieram dar sua contribuição. Para nós é uma grande satisfação ver esse trabalho integrado das nossas polícias. Venho sempre discutindo com esta Comissão a importância da integração da Polícia Rodoviária Federal, inclusive com a participação do Gep. Esse é um sonho da Comissão de Segurança Pública. Na verdade, esperamos que a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal venham se juntar a esse esforço que tem sido feito pelas nossas polícias de Minas Gerais em busca de integração diante desse grande desafio. Procuramos dar uma atenção muito grande à participação popular; aliás, entendemos que nossas polícias só terão sucesso se tivermos uma grande participação popular nessa luta.

Hoje, em Minas Gerais, temos 1.800 pessoas cumprindo pena em comunidades terapêuticas. Vejam como o papel das comunidades terapêuticas é de fundamental importância. O Secretário Cloves Benevides foi convidado para participar desta audiência, mas não pôde comparecer. Sua presença era muito importante aqui, pois precisamos integrar todos nesse desafio de nossas polícias na luta contra a criminalidade. É claro que compreendemos também o papel fundamental

da prevenção das nossas comunidades terapêuticas, como também da assistência social e do desenvolvimento social, com representantes da Sedese. O papel da educação e do esporte também são fundamentais.

Agradeço a presença de todos, principalmente dos nossos policiais civis e militares que permaneceram durante todo o tempo acompanhando esta audiência. Muito obrigado pelo esforço que têm feito em favor da guarda da vida da comunidade. Agradeço também à Prefeitura, aos Deputados, à Defensoria Pública e ao Prefeito Weber Americano, que contribuiu com sua larga experiência.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece à Câmara Municipal de Ipatinga, aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, às 16 horas, na Assembleia Legislativa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Muito obrigado a todos.